

VI SEMANA DO JORNALISMO: ENTREVISTAS EXCLUSIVAS

páginas 3 a 7



VERÔNICA GOYZUETA



MARCOS SÁ CORREIA



MARCOS UCHÔA



GUSTAVO KRIEGER



ZERO

FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 2007 - CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - ANO XXV - EDIÇÃO 5

LUCAS SAMENEGUE ENIGMA FOTUJORNALISMO

GABINETE DO ELEITO

CANDIDATOS RESPONDEM SOBRE TEMAS POLÊMICOS LIGADOS À UNIVERSIDADE

páginas 8 e 9



**LEI PRETENDE REGULAMENTAR
ATIVIDADE DE ESTÁGIO**

páginas 10 e 11

**CIENTISTAS SE CONTRADIZEM
SOBRE O AQUECIMENTO GLOBAL**

páginas 12 e 13

**MONOPÓLIO MIDIÁTICO
EM SC PODE REGREDIR**

página 14



Cinco estrelas é hotel



O último troféu do curso de Jornalismo da UFSC é um pôster. Afixado em um dos murais logo à direita de quem atravessa a porta de vidro para entrar, ele diz basicamente que o jornalismo da Federal voltou a ter cinco estrelas na sexta edição do Guia do Estudante - Melhores Universidades, da Editora Abril - condição perdida no ano passado, quando obteve quatro. A assinatura do redator chefe do guia, Ricardo Lombardi, certifica essa posição. Para os mais distraídos, o aviso também foi colado ao lado da porta na saída do curso. Há mais de um mês que professores e estudantes sabiam da colocação quando ela foi divulgada para o resto do país no dia 24 de outubro, data em que o guia chegou às bancas. Somente outras duas universidades obtiveram cinco estrelas: Universidade Federal da Bahia e Universidade de Brasília.

As estrelas vêm se juntar às placas que homenageiam os estudantes que conseguiram o melhor desempenho do país nos provões de 1999 à 2002 (ano do último provão) e aqueles que conseguiram o melhor desempenho do país no Enade 2006 - primeiro ano em que os cursos de jornalismo voltaram a ser avaliados. Pelo resultado, a UFSC sai na frente como principal centro de ensino de jornalismo no Brasil. Obteve primeiro lugar geral entre as universidades de comunicação social no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e o primeiro a oferecer mestrados em jornalismo no Brasil.

Hélio Schuch, chefe do departamento de jornalismo, explica que foram duas as principais condições que levaram o curso a recuperar a estrela perdida: "a primeira foi o ótimo resultado obtido no Enade e a segunda é a boa imagem que os alunos formados aqui dentro deixam nas empresas por onde passam". Ele diz que a qualidade do ensino se materializa no mercado através dos alunos. "De uns dez anos para cá, o mercado deixou de ser malvisto no curso", explica. Coincidência ou não, os melhores resultados nos exames datam desse período.

Boa imagem é o termo adequado, pois o critério de "estrelamento" é baseado nas impressões que os avaliadores têm sobre os cursos em que votam. A explicação disposta no site do guia é a de que "os coordenadores dos cursos avaliados recebem um questionário no qual informam os dados mais relevantes sobre as suas graduações. Com base nesses formulários, os consultores do GE - coordenadores de curso, avaliadores do MEC, professores e especialistas - atribuem conceitos aos cursos, que são convertidos em estrelas". O avaliador dá nota para o curso sem ter visitado a instituição, suas salas de aula e seus laboratórios. Também não entrevistou professores ou estudantes de tal graduação. Cinco, quatro, três ou nenhuma estrela dependem do que o avaliador selecionado para o trabalho acha, e não sabe, sobre aquela instituição. E acha baseado em informações dadas pelos coordenadores de cursos sobre seus próprios cursos. O Jornalismo da UFSC perdeu e recuperou uma estrela sem que nenhuma mudança estrutural tenha ocorrido nesse meio tempo.

Mesmo com um sistema de avaliação frágil, o resultado obtido traz visibilidade. A professora Maria José Baldessar, coordenadora do curso de Jornalismo, acredita que as cinco estrelas influenciam na procura pela graduação. A concorrência pelas vagas aumenta e os estudantes entram cada vez mais qualificados. Além de estimular a discussão dentro da universidade sobre a necessidade de investimentos que viabilizem a continuidade na qualidade de ensino oferecida.

Dois fatores incomuns também ajudam o curso a se destacar. Um deles é o seu tamanho reduzido. O espaço físico não é grande e entram apenas 30 novos alunos por semestre. Contando as desistências, são 247 estudantes matriculados. Isso causa uma proximidade entre alunos e professores que convivem diariamente pelos corredores,

isolados das outras graduações. Outro fator é que os "equipamentos do curso quebram". Nas palavras do chefe do departamento de Jornalismo, "os equipamentos quebram porque estão sendo utilizados. Estão nas mãos dos alunos e a gente não reclama se acontece algum acidente. O importante é usar essa estrutura". Estrutura formada por laboratórios de uso exclusivo dos alunos, diferencia em relação às outras universidades para Baldessar.

Manter o nível é o desafio que o Jornalismo da UFSC tem pela frente. Em 2009 será avaliado novamente pelo Enade e até lá sairão mais dois Guias do Estudante. Pode parecer fácil para um curso em que "o grande lance é uma espécie de sinergia", como define Schuch, mas não será. No período em que os cursos superiores não estavam sendo avaliados, uma diferença de visões de futuro, de projetos, resultou na saída de um grupo de professores, que em seguida criaram o curso de Cinema. A disputa era entre uma visão mais voltada para a comunicação social e outra para o jornalismo. Deu jornalismo.

Recentemente, dois professores pediram para trocar de departamento, para Cinema e Design, mas acabaram tendo seus pedidos negados. Outros dois tiveram pedido de processo administrativo aberto para avaliar irregularidades na dedicação exclusiva. O quadro de professores conta atualmente com 30 professores no total, mas destes, quatro estão afastados para cursar doutorado e pós-doutorado, seis são substitutos e quatro tem vínculo com outros cursos das humanas, mas dão alguma aula no jornalismo. Restam 16 titulares. Quatro titulares a menos é uma perda mais do que considerável. E outros dois professores ainda podem pedir licença para fazer pós-graduação se conseguirem as vagas que estão pleiteando.

Por Thiago Santaella

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
ANO XXV - Nº 5
NOVEMBRO 2007
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
FECHAMENTO: 08 DE NOVEMBRO

REDAÇÃO DO JORNAL
CURSO DE JORNALISMO
UFSC - CCE - JOR
Trindade - Florianópolis
CEP 88040-900

EDIÇÃO Ana Paula Flores, André Faust, Cláudia Mussi, Diégo Ribas, Domitila Becker, Elaine Manini, Paula Reverbel, Renan Fagundes

EDITORAÇÃO Ana Carolina Dall'Agnol, Cláudia Mussi, Luiza Ferreira, Paula Reverbel, Renan Dissenha

REPORTAGEM Amanda Busato, Diégo Ribas, Diégo Honorato, Domitila Becker, Ingrid Santos, Lucas Sampaio, Naiana Cantú, Paula Reverbel, Renan Dissenha, Thiago Santaella, Vera Flesch

ILUSTRAÇÃO Allan Sieber, Lucas Neumann

FOTOGRAFIA Agência Ensaio
Fotojornalismo, Vera Flesch

AGRADECIMENTOS Mauro César da Silveira, Ricardo Barreto

PROFESSOR COORDENADOR Lucio Baggio

MONITORIA Lucas Neumann

INFORMAÇÕES
IMPRESSÃO: Diário Catarinense
CIRCULAÇÃO: Nacional
DISTRIBUIÇÃO: Gratuita TIRAGEM: 5.000

TELEFONES
+55 (48) 3721.6599 / 3721.9490 / 3721.3215
FAX: 3721.9490

NA INTERNET
SITE: www.zero.ufsc.br CIRCULAÇÃO: zero@cce.ufsc.br

ERRATA
Nos créditos de infografia da edição do Zero em Revista faltou citar o aluno Michel Luis Dias Siqueira



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV e XI
Set Universitário / PUC-RS
1988, 89, 90, 91, 92 e 98



3º melhor
Jornal-laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994



Melhor Jornal-laboratório
I Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC, 2000

Volta ao mundo pela Globo

O repórter esportivo que chegou a correspondente internacional não poupa elogios à emissora nem críticas aos EUA

Seu currículo enumera coberturas que vão desde a Copa do Mundo até a Guerra do Iraque, passando por acontecimentos históricos como a morte da princesa Diana e a viagem espacial do primeiro astronauta brasileiro. Marcos Uchôa, que se formou em jornalismo pela FACHA (Faculdades Integradas Hélio Alonso) tem mais de sete idiomas na ponta da língua, é casado e pai de três filhos. Com um jeito simples e até meio tímido chegou para a entrevista ao ZERO, porém aos poucos se transformou, soltou o verbo e revelou toda a sua garra e paixão pela profissão.

Uchôa começou em 1984 na TV Manchete e três anos mais tarde passou para a Rede Globo. Como repórter esportivo, cobriu jogos olímpicos, cinco copas do mundo e três temporadas de Fórmula 1, além de mundiais de vôlei, basquete, ginástica e tênis. Foi correspondente da Rede Globo em Londres de 1996 a 2007, onde cobriu acontecimentos marcantes e mergulhou na geopolítica, paixão adquirida através de seu pai - exilado político entre 1964 e 1980. Em entrevista exclusiva para o ZERO Uchôa conta como é a busca pela veracidade dos fatos - durante a guerra morou em uma casa de família iraquiana, para sentir na pele os acontecimentos - e também fala de experiências marcantes, como a cobertura do tsunami. O jornalista ainda discute ética profissional e revela assuntos que viu, mas não mostrou nas reportagens, além de relatar o desafio de transmitir temas complexos como a geopolítica por meio do telejornalismo.

Zero: Você começou sua carreira fazendo coberturas esportivas, passou a cobrir assuntos de geopolítica e continua permeando o esporte. Por que a escolha de temas tão diferentes?

Marcos Uchôa: Na verdade eu não escolhi, eu fui um pouco escolhido. As coisas foram como o Zeca Pagodinho: deixa a vida me levar. Eu comecei na TV Manchete antes de começar na TV Globo. Eram 1500 no concurso em que passavam só 60; desses 60 ficaram dois: eu e uma garota. Eles precisavam imediatamente de um repórter para o esporte e ela não entendia, não gostava de esporte. Eu entendia e gostava, então virei repórter de esporte por uma coincidência. Depois fui pra TV Globo também nessa área. Quando eu fui pra Londres, já comecei a fazer coisas de geral, mas porque eu sempre me interessei pela área internacional. Meu pai era exilado político, ele saiu no golpe, e voltou na anistia. Eu não vivi com ele, mas a minha mãe me mandava junto com minhas irmãs pra vê-lo em vários lugares. Passei a desenvolver uma curiosidade pela área internacional porque a minha vida acabou sendo muito ligada à área.

Z: Foi assim que surgiu o seu interesse pela geopolítica?

MU: Eu acho que sim. Quando criança, a primeira vez que eu viajei pra fora, o papai pegou a gente em Paris e a gente foi de carro até Varsóvia, onde ele fazia doutorado. A gente atravessou o muro de Berlim, que tinha três ou quatro anos. Tinha uns caras com metralhadora apontando pra um homem e três criancinhas. Estávamos eu e minhas duas irmãs e eles entravam no carro, fechavam o carro, tiravam os bancos e enfiavam varetas no tanque da gasolina. Era uma coisa tão absurda... em Varsóvia, por exemplo, a gente não podia brincar em alguns lugares porque ainda tinha muita bomba da segunda guerra mundial. Eu me lembro que a gente foi num campo de concentração que criança não podia visitar, mas o carro do papai tinha uma placa de Berlim. Eu era loirinho na época e tinha até cabelo [risos], eles acharam que a gente era alemão. Então o guarda polonês falou: deixa vocês verem o que vocês fizeram. Eu me lembro de ter ficado chocada pelo cheiro, pelas coisas, me marcou muito. A Europa é história pra tudo quanto é lado, e como meu pai gostava muito, contava pra gente isso. Eu desenvolvi muito cedo esse prazer de entender o presente através do passado.

Z: Como é fazer a cobertura de um assunto tão complexo como a geopolítica - que exige contextualização - sem correr o risco de ser simplista na televisão, em que o tempo é bastante reduzido e a linguagem precisa ser acessível?

MU: É particularmente difícil você explicar assuntos complicados, que têm muita história por trás. Eu diria que uma matéria de internacional bem feita precisaria de quase o dobro do tempo de uma matéria nacional, porque você tem que explicar a floresta por trás da árvore. Não adianta você simplesmente falar: teve uma bomba que matou tantas pessoas. Explicar por que teve a bomba, de onde vem esse ódio, de onde vem esse grupo é muito difícil para a televisão. Eu tento fazer, mas sempre brigando com os editores por mais tempo.

Z: O ensino de geopolítica deveria ser maior nas faculdades de jornalismo ou o aluno deve buscar esse conhecimento por conta própria?

MU: Eu diria que para o cidadão, o assunto geopolítica é básico. Você não pode

entender a sua vida hoje sem entender a área internacional - a globalização é um fato, goste-se ou não. A China está fechando fábricas no Brasil e em vários lugares do mundo, o preço da gasolina tem a ver com essa emergência da China. Petróleo, bolsa de valores, tudo está muito interligado hoje no mundo e isso se reflete na vida aqui. Então todo o cidadão, se quer saber por que ele está vivendo, o que está vivendo, tem que se preocupar com o que acontece lá fora. Agora, sob o aspecto do jornalista em si eu já acho mais difícil. Se você imaginar quantos correspondentes o Brasil tem, são muito poucos. Pouquíssimos meios de comunicação pagam para o profissional trabalhar fora do país para explicar o mundo para o seu próprio país. Isso é lamentável. Hoje se trabalha muito com agências, com internet. É um

jornalismo paupérrimo. Então, quando o estudante, novo, entra na profissão, o que interessa a ele é o jornalismo local. Depois ele vai evoluindo pra uma área estadual ou nacional, mas a área internacional é a última preocupação dele, porque é a que está mais distante de influir na sua carreira. Começar na carreira e dizer: "quero ser correspondente" é como jogar na loteria e dizer "eu quero ganhar na loteria". Todos nós queremos, mas a possibilidade de você conseguir ser um correspondente é muito pequena.

Z: Você cobriu a Guerra do Iraque e o Tsunami. Nas matérias você conseguiu passar uma forte emoção durante a cobertura. Você acha que essa emoção pode influenciar de alguma forma o jornalista?

MU: Sem dúvida. Se você não se emociona tem algum problema, porque essas coisas são emocionantes. Você vê muito sofrimento, muita gente morta. Ninguém gosta de ver essas coisas. Por mais que você esteja triste, o seu sofrimento não se compara com o das pessoas que estão ali. Então quando você está numa situação dessas, tem que ter a humildade de pensar que ali você não interessa. Qualquer coisa que você esteja sentindo ali é uma gota d'água diante de um oceano de lágrimas das pessoas que perderam família, casas, vidas, emprego. Você tem que tentar não deixar que a emoção pareça uma coisa sua, quer dizer, a matéria não é você: "olha só que coisa triste, eu tenho dificuldades, meu Deus é chocante ver isso...". Você tem que ter cuidado em tratar do sofrimento de outras pessoas. É muito cretino você chegar pra uns pais que perderam os filhos e perguntar: "você está sofrendo? O que você está sentindo?" Mas ao mesmo tempo essas pessoas têm uma necessidade de conversar, de desabafar, de ter um ombro naquela hora. Se você se aproximar de uma maneira delicada as pessoas falam. Eu acho que no final das contas é uma mistura de respeito, educação e sensibilidade.

Z: Quais as características que um bom correspondente de guerra precisa ter?

MU: Você tem que ser muito cínico, no sentido de cético. Existem duas guerras: a guerra real, das bombas, dos soldados e a guerra de informação. Você tem governos, exércitos, porta-vozes, militares querendo te vender um peixe e você tem que ter muito cuidado de não comprar esse peixe, porque na maioria das vezes é mentira. Geralmente, essa informação é dada pra você porque eles querem passar uma imagem que tem muito pouco a ver com a verdade e muito mais com interesse. O repórter é muito vulnerável a receber um papel dizendo que tal coisa aconteceu e você não tem como checar. E o que você faz? Se for esperar pra checar só vai contar essa história daqui a dois meses, então não é uma boa opção. Por outro lado, se for contar tem que realmente deixar claro pras pessoas que isso quem diz não sou eu, é o governo americano. Há vários exemplos da guerra que depois se mostraram que eram realmente mentiras. A gente caiu nisso por que não tinha jeito. O jornalismo 24 horas é uma realidade da nova geração. Existem várias coisas a favor do jornalismo 24 horas, agora, qualidade não é uma delas. O jornalismo 24 horas empurra o jornalista à tendência de achar que dar primeiro é mais importante do que dar bem. Então você não tem tempo para checar, para pesquisar, para fazer bem feito. Como resultado, você dá uma notícia que alguém te deu para divulgar e você fica vulnerável. Pode ser usado em vez de informar.

“Como o Brasil não tem um público leitor a TV Globo acaba virando uma janela para o mundo”

Reportagens críticas e senso do dever

Gustavo Krieger fala sobre jornalismo investigativo, denúncias de corrupção e ainda dá lição de ética

O celular toca Don't worry, be happy naquele tom meio metálico. Ele pede desculpas, interrompe a entrevista, marca mais um compromisso para a sua volta à Brasília e retoma a história de onde tinha parado. O clima é de mesa de bar, as histórias parecem causos, só que é uma pequena mesa de uma lanchonete no aeroporto de Florianópolis. O repórter especial do Correio Braziliense e da revista Rolling Stone, Gustavo Krieger, está sendo entrevistado, logo depois de fazer o check-in e um pouco antes de embarcar. O barulho de aviões decolando e pousando entrecorta as respostas.

É o dia seguinte à sua palestra para a Semana do Jornalismo. A roupa é a mesma do dia anterior. Os olhos levemente avermelhados indicam uma noite mal dormida, ou não dormida. Mas a disposição para contar histórias continua a mesma. De causo em causo, Krieger traça um panorama do jornalismo político na nossa fase democrática: seus erros, acertos, mudanças e exageros. Com mais de 20 anos dedicados ao jornalismo, o repórter cobre eleições desde 1986 e já passou por diversos veículos, entre eles: Zero Hora, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, TV Globo, TV Record, revista Época e Radiobrás. Ao longo da carreira, participou das primeiras denúncias do governo Collor, do caso Waldomiro Diniz e do escândalo sobre a máfia das ambulâncias, sendo premiado por essas duas últimas matérias e perseguido pela polícia por causa da primeira (a Folha foi invadida pela Polícia Federal em 1990, durante o governo Fernando Collor de Mello).

Zero - Começando pelo clichê do jornalismo político. Você acha que o seu trabalho interfere no voto do eleitorado?

Gustavo Krieger - Acho que sim, o trabalho que a imprensa faz tem algum grau de interferência, sim, na formação da opinião pública e, portanto, do voto; mas a gente ainda tem certa dificuldade de entender qual é esse tamanho. Ano passado, durante a eleição presidencial, teve uma discussão enorme do porquê das pessoas votarem no Lula apesar de todas as denúncias e escândalos que a imprensa tinha mostrado sobre o PT no período anterior. Na minha impressão o que aconteceu foi um choque de agenda: teve uma agenda da moralidade, que foi a agenda que a mídia colocou; e uma espécie de agenda pragmática que o Lula levou para a campanha, apostando que as pessoas votariam pela estabilidade econômica, pelos programas sociais, pelas mudanças que o Brasil sofreu. E o fato é que as pessoas escolheram a agenda pragmática. É claro que a imprensa influencia, mas ela não forma voto, é um elemento de decisão.

Z - A imprensa amadureceu desde o fim da ditadura?

GK - Quando eu cheguei na redação, um repórter político que ao mesmo tempo trabalhava em governo era, não só uma coisa aceitável, como absolutamente esperado. Eu lembro que quando recusei, no meu primeiro emprego como repórter político, meu editor veio e me perguntou "em que partido você quer que eu te empregue?". Eu disse não, está tudo bem, não precisa, vim trabalhar aqui no jornal. Ele disse "não, o salário aqui é uma porcaria. Fica tranquilo que você não tem que trabalhar lá, não. E eu ponho um em cada partido para garantir a imparcialidade". Hoje você tem uma separação muito clara, como dizia Lúcio Flávio, "jornalista é jornalista e político é político".

Z - Qual é o seu hobby agora?

GK - [risadas] Eu brinco, né? Sou repórter de política, hobby repórter da Rolling Stone. É a chance de escrever de um outro jeito sobre outras coisas. Me faz bem.

Z - Jornalismo pró-ativo ou jornalismo investigativo?

GK - Tem um amigo meu que fala que não é o jornalismo que é investigativo. É a pauta, o repórter. Todo jornalismo em princípio tem que ser investigativo. Você tem que investigar para cobrir esporte, se não você vai fazer release. Eu prefiro o termo jornalismo investigativo, mas eu acho que todo jornalismo que se preza tem que ter um componente de investigação, não pode ser reservado a alguns super-agentes secretos.

Z - Como você conseguiu seu emprego na Folha em 1990?

GK - Mandei o currículo. Na verdade, uma amiga minha mandou um currículo. Três meses depois me chamaram para uma entrevista em São Paulo. Quando cheguei lá, o Nelson Blecher, que era o cara que tinha me chamado, me levou para almoçar e eu aproveitei para perguntar o que eu tinha que fazer para ganhar o emprego. "Fala mal da Folha". Como? "Fala mal da Folha que o pessoal vai achar que você é um cara crítico, independente e te contrata. Até brinquei com ele: Olha, eu quero esse emprego. Eu vou fazer isso. Se der errado, na volta vai ter porrada. Entrei lá, desanquei o jornal e fui contratado.



"Você tem que investigar para cobrir esporte, se não você vai fazer release"

"Eu não acredito em repórter de política que não tem opinião. Claro que tem"

Z - Como que você virou repórter político? Você saiu da faculdade determinado a isso?

GK - Na faculdade eu queria ser repórter de política, trabalhar na Folha e ajudar a derrubar um presidente da república. [uma risada, quase um suspiro] Apareceu o Collor na minha vida então deu para fazer um pouco de tudo. Eu venho de uma família de políticos. Lido com isso há muito tempo; participei de movimento estudantil, fiz militância política, então para mim, esse era o campo. Lembro que quando fui trabalhar na Zero Hora me ofereceram uma vaga para ser repórter de cidade. Aí eu negocie para ir para lá com um salário menor desde que fosse para política. O complicado é que na época eu militava politicamente e cheguei à conclusão de que não dava mais para fazer isso. No dia em que assinaram a minha carteira de trabalho, tirei a minha ficha partidária.

Z - Que era...

GK - Que era do PT. E deixei de militar. De lá para cá nunca mais tive militância. Eu até brinco que nunca poderia ser jornalista esportivo: não consigo deixar de torcer pro Grêmio. Não tem jeito. Mas eu consigo ter opinião sobre política e não ter lado em política, o que é fundamental para o repórter. Eu não acredito em repórter de política que não tem opinião. Claro que tem. Mas acho que eu não tenho lado porque a minha opinião é sobre as questões em específico. Sou capaz de fazer uma matéria de investigação de denúncia contra qualquer pessoa, mesmo se essa pessoa for minha fonte ou com alguém que eu tenha uma relação mais antiga.

Z - Foi o que aconteceu com a matéria da Revista Época que denunciou o Waldomiro Diniz?

GK - O Waldomiro era um cara que foi uma fonte antiga muito boa. Um cara que conheci na CPI do PC e que, por não ser um político, a gente acabou se aproximando muito, chegamos a ter uma relação de amizade. E quando a gente fez a matéria, quando eu vi a fita, quando eu vi o que ia acontecer, era óbvio que aquilo era muito grave. E era óbvio o efeito devastador que aquilo ia ter na vida do Waldomiro. Eu fiquei diante de uma circunstância que não é comum para o jornalista, que é conhecer pessoalmente a pessoa física que é o alvo da sua matéria. Envolveu para mim uma questão pessoal difícil, de estar fazendo isso contra um cara que eu conhecia, que eu tinha tido uma relação de amizade, tinha conversado, tomado chope junto e tal. Não foi prazeroso, mas você tem que tomar uma decisão. E a decisão era simples. A gente se conheceu investigando corrupção...e eu continuo investigando corrupção.

Z - Outras matérias investigativas de destaque foram sobre o governo Collor. Você também tinha algum tipo de relacionamento com ele?

GK - Eu também tinha uma relação pessoal com ele, mas por outro motivo. Meu avô era amigo do pai dele. Uma vez teve um almoço com o Collor na casa do meu avô e a imprensa toda foi barrada, mas ele queria que eu entrasse. Eu não entrei, fiquei lá. Pela primeira vez fiquei na calçada, do lado de fora da casa do meu avô, esperando que a conversa acabasse. Quando eu cheguei a Brasília, a gente começou a fazer na Folha matérias investigativas sobre o governo. E as primeiras matérias das quais eu participei geraram um processo do Collor contra a Folha e a invasão da Folha pela polícia. Depois de toda essa confusão, quase onze anos depois, a Época me manda para entrevistar o cara em Maceió. Eu achando que ele ia me tratar igual um criminoso e ele me recebe como se fossemos velhos amigos de faculdade. Uma ótima entrevista. Abri a matéria mostrando as fotos dele como presidente que estavam espalhadas por todas as salas da TV que ele tinha em Alagoas, e descrevi aquilo como o museu de si mesmo que ele estava montando. O Collor jamais perdeu essa observação. A gente nunca mais voltou a conversar depois disso. O que prova que a relação que um político tem com a sua imagem é uma coisa muito individual e que o que magoa um político ou uma fonte pode não ter relação com o que você imagina. O sujeito foi capaz de passar por cima das matérias de denúncia, mas não superou uma observação pessoal.

Z - É melhor ter muitas ou poucas fontes para não correr o risco de ser manipulado?

GK - Você tem que diversificar. Ouvir lados diferentes de uma questão. Tudo em política tem pelo menos dois lados. Normalmente tem meia dúzia. Conversando com todos, você sabe o que está acontecendo porque os caras não vão te falar toda a verdade e boa parte das vezes vão mentir para você. Fazendo analogia com jornalismo esportivo de novo, alguém já viu um técnico dizer antes do jogo "nós vamos perder. O time deles é muito melhor do que o nosso. O nosso lateral não marca ninguém. O centroavante não faz gol há quinze jogos. Se a gente perder de dois está ótimo"? Não. Da mesma forma o seguinte. Você já viu em dia de votação político dizer "a gente não tem a menor chance. A bancada deles está fechada"? No dia ele te diz que "tem jeito". E o repórter tem que trabalhar com isso. É o discurso que ele tem que dar e a sua função é desmistificar o discurso.

Por Paula Reverbel e Thiago Santaella

Jornalista cobre versão estrangeira do Brasil

A correspondente internacional Verónica Goyzueta lança olhar sobre o país que produz futebol, aviões e violência

Peruana de nascença, brasileira por acaso e chilena-espanhola por profissão. Essa é Verónica Goyzueta: "a globalização em pessoa", como ela mesma se define. Goyzueta mora há 15 anos no Brasil, trabalha como editora da revista chilena AméricaEconomía e é correspondente do jornal ABC, da Espanha. Em seu currículo supranacional, há também carimbo americano e mexicano: foi correspondente do jornal Tiempos del Mundo (EUA), da agência de notícias Dow Jones (EUA), e da Agência de Notícias Notimex, (México). Além disso, tem colaborações jornalísticas publicadas em periódicos latino-americanos, norte-americanos e europeus. Mas sua carreira começou distante do jornalismo.

Antes de se formar na Universidade de Brasília (UnB) e fazer mestrado em Educação, Arte e História da Cultura na Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, Goyzueta se formou em letras pela PUC de Lima, no Peru. Sem ver futuro no mercado literário peruano, se inscreveu para uma bolsa de estudos no Brasil e foi aceita. Depois de transitar um tempo pela comunicação social, por critérios não convencionais acabou migrando para o jornalismo: "achei os publicitários chatos, então passei a fazer algumas matérias com os jornalistas e encontrei minha vocação. Não sei como demorei tanto para descobrir!".

Foi com essa paixão escancarada pela profissão, um jeitinho à brasileira (no melhor sentido) de tratar as pessoas e um carregado sotaque peruano, que Goyzueta desmarcou sua presença na entrega do Prêmio Wladimir Herzog - o segundo mais antigo do país na área, depois do Esso - em São Paulo, para participar da VI Semana do Jornalismo da UFSC.

Depois de uma palestra para os futuros colegas de profissão sobre assuntos variados como os choques culturais e as características do trabalho de correspondente, a tensão de fazer a cobertura na favela da Rocinha e dos abusos de poder no nordeste, Chávez e a liberdade de imprensa, a curiosa população de uma vila nordestina que acredita que o país foi descoberto por espanhóis; a jornalista e presidente da Associação dos Correspondentes Estrangeiros (ACE) conversou com a equipe do Zero.

Z - Como o correspondente internacional pode fugir do estereótipo brasileiro de carnaval, futebol, floresta e mulher?

Verónica Goyzueta - Os correspondentes que estão instalados no Brasil, que trabalham para jornais diários, acabam fazendo mais matérias sobre política e economia e conseguem fugir do estereótipo. É a cobertura de agência internacional que faz muito a coisa de Carnaval e futebol, por que os jornais procuram. Os editores, muitas vezes, pedem estereótipos. Todo mundo quer saber como está o futebol no Brasil. Disso, não tem muito como fugir. A diferença entre as notícias de correspondentes e de agências é que no segundo caso, escreve-se um texto sem um leitor definido, fica pasteurizado. Já o correspondente pode trazer referências nacionais, a matéria fica mais interessante, mas sai bem mais caro para as redações.

Z - A violência é outro assunto recorrente em matérias sobre o Brasil. Como não banalizar o tema?

VG - A violência está banalizada e, às vezes, os jornais - estrangeiros e nacionais - dão isso como se fosse uma coisa normal: morreram vinte, depois trinta... parece normal, mas não é. Ainda temos que ter espanto com esse tipo de notícia, nos indignar. A imprensa estrangeira deve cumprir seu papel de informar e quando tem esse tipo de notícia ela tem que divulgar. Felizmente, o Brasil também tem muitas notícias boas para dar, como a questão do etanol, por exemplo. A visita do Bush ao país teve grande impacto, mas os correspondentes já tinham dado muita matéria sobre o assunto, sobre os carros que estavam rodando com dois tipos de combustível.

Z - No balanço final, a imagem do Brasil que você tem contato no exterior é mais positiva ou negativa?

VG - É muito positiva. O país tem um estereótipo, claro, mas ainda é um estereótipo positivo, de alegria, de um país interessante com uma cultura muito rica. Mesmo o estereótipo do futebol gera uma imagem simpática. Quando você viaja para o exterior e fala que é brasileiro, é sempre bem recebido, porque tem essa imagem de cultura, bossa nova, samba. Infelizmente tem notícias negativas também, mas isso porque o país é muito grande. Tem muitas coisas boas de crescimento econômico, mais também tem muitos conflitos sociais sérios. E esse é o desafio do correspondente: explicar como é esse país do crescimento, desenvolvimento, grandes indústrias, que produz aviões, mas que também tem conflitos muito graves, violência, massacres, assassinatos, injustiças, desmatamentos. E o desafio maior é levar isso em fragmentos ao leitor. Seria bom contar tudo de uma vez só, mas temos que contar em partes, em cada matéria.

Por Domitila Becker

"Todo mundo quer saber como está o futebol no Brasil, não tem como fugir"

Verónica Goyzueta



"Eu não tenho certeza que a Piauí funciona, ela é disfuncional quase que por natureza"

Marcos Sá Corrêa

Política, ambientalismo e jornalismo narrativo

Descrente e entediado com as editoriais comuns, Marco Sá Corrêa optou pela disfuncional revista Piauí

Das poucas perguntas que o insuficiente tempo entre os traslados me permitiu fazer a Marcos Sá Corrêa, afirmo que decerto, todas as inteligentes respostas me pareceram atemporais.

Eu vos conto: Sá Corrêa é jornalista, editor do site OECO e da Revista de grande sucesso entre nosotros, Piauí; além de ser colunista semanal do jornal O Estado de S. Paulo na página de meio ambiente.

Com um currículo invejável, já dirigiu a Revista Época e editou a Veja por muitos anos. Transitando com desenvoltura pelo ciberespaço, já escreveu para os sites Nomínimo e AOL.

"Veja bem, pra começo de conversa eu não sei se sou esse cara que trabalha em várias áreas". Marcos Sá Corrêa afirma ter passado por muitas mídias e editoriais, mas admite que o que o fez tomar rumos tão distintos em determinadas épocas de sua vida foi o fato de desconsiderar importantes determinados assuntos. "Política hoje eu nem leio, acho política brasileira um ramo degenerado da primatologia. É coisa de macaco".

Cobrindo uma área onde as pessoas que faziam parte do meio eram, na sua maioria, muito importantes como figuras históricas, a política era vista por ele como uma forma de militância, um ato brando de resistência. "Ela nos dava uma enorme sensação de estar fazendo algo de útil, o que ao seu ver é vital no jornalismo". Enquanto o regime a estava banindo da vida pública, o jornalista resistia às fontes oficiais. "Depois de um certo tempo, já no regime civil, descobri que aquilo não me interessava mais, por incrível que pareça, porque a democracia trouxe políticos sem qualidade, desinteressantes".

Dizendo não acreditar em jornalismo isento, Sá Corrêa afirmou que você pode ser profissionalmente correto, veraz, deve tomar vários cuidados, mas a alma tira a isenção do trabalho do repórter. Depois que se desinteressou pela política não consegue mais fazê-la: "tenho horror aquilo, nojo" e passou a acreditar que se na vida pessoal seu interesse era por meio ambiente. A única coisa que poderia fazer como jornalista era cobri-lo.

Crente de que o jornal impresso como conhecemos, que nos apresenta notícias, vai acabar em poucos anos, perdendo espaço para o jornal on-line, e de que o livro que é feito para leitura tem a forma ideal, devendo permanecer entre nós por um bom tempo, se não eternamente. O jornalista acredita não saber até quando sustentará esta opinião, visto que existem soluções tecnológicas que ainda não estão à vista. "Quando eu comecei a trabalhar o computador tinha um monitor verde, de fósforo, você mal conseguia ler seu nome. O conforto já mudou incrivelmente, com o cristal líquido, pode ser que um dia apareça, nesse ramo de eletrônica, uma tela tão confortável quanto um bom livro".

Quando questionado sobre a especialização na área ambiental Sá Corrêa disse acreditar no jornalista como um generalista e não um especialista nato: "Algumas áreas, como a ambiental, é uma especialização tão ampla, a velocidade das descobertas em todos os campos de pesquisa que confluem para o entendimento das questões ambientais é de tal ordem, que sempre precisará se manter antenado no 'quem é quem' e nos livros que estão saindo; se não, é difícil entender das grandes questões que estão em jogo".

A Piauí Marcos Sá Corrêa é um dos fundadores da Revista Piauí. Conversando numa mesa informalmente, ele, João Moreira Salles e Dorrite Harazim, se questionavam: "Putá isso tá muito chato! Como é que se faz um negócio diferente?". Então resolveram fazer uma revista cujo único critério editorial fosse alguém na redação realmente se interessar por alguma pauta, depois provar que é interessante contando uma coisa concatenada que interesse a alguém. "Nas publicações divididas em editoriais a sensação que temos é de que quer queira, quer não, a matéria tem que sair para preencher as páginas simplesmente". "Na Piauí eu posso achar uma porcaria, mas alguém gostou".

Quando questionado sobre a falta de uma estrutura e de uma cadeia de comando muito bem definida na revista, Marcos Sá foi incisivo: "A Piauí é deliberadamente anárquica".

"Eu não tenho certeza que a Piauí funciona, ela é disfuncional quase que por natureza". A pequena redação da Piauí fica num antigo escritório de Walter Moreira Salles, com três salas inteiramente abertas, literalmente conjugadas, ligada por grandes arcos, onde tudo está misturado meio de propósito, onde redação, área de arte e secretaria se misturam harmoniosamente. "Não tem uma sala fechada (...) a redação também não fecha nunca, sempre tem gente lá. É um ambiente só. O que se conversa numa sala se ouve na outra. A revista se mantém discutida, todo mundo se mete na coisa de todo mundo o tempo todo. E tem muita reportagem sendo feita lá dentro".

"Eu, João, Dorrite e Mário (Sergio Conti), ficamos na sala menor, bem nos fundos. Depois tem uma sala de reunião do outro lado do corredor que é usada muito mais pra comer do que pra outra coisa! Às vezes você recebe uma pessoa pra dar entrevista, aí ela é bem útil também".

Por Amanda Busato

Ao visitar o comitê eleitoral do professor Álvaro Prata, da chapa A UFSC do Século XXI, e agendar através de colaboradores da chapa Contigo é Possível, do professor Nildo Ouriques, uma entrevista, ficou assegurada a oportunidade de conhecer pessoalmente o que pareciam ser os únicos candidatos das eleições 2007 para a reitoria da UFSC. Foi elaborada uma relação de perguntas em comum que, por tratarem de assuntos de maior interesse da comunidade acadêmica, seriam a pauta da conversa com os candidatos.

O primeiro a ser ouvido foi Nildo Ouriques, professor do Departamento de Ciências Econômicas, que aceitou receber a reportagem em sua própria casa, no dia 10 de outubro. Foi entrevistado por duas horas a partir das 21h30 – único horário disponível, devido aos demais compromissos da campanha. Quatro telefonemas atendidos – um deles em espanhol – se intercalaram com as perguntas, sem falar nas pausas feitas pelo candidato para oferecer vinho da marca Santelmo e aperitivos, que ficaram à disposição durante toda a ocasião.

Em sua terceira e - de acordo com ele – última candidatura à reitoria da Universidade, Nildo Ouriques afirma ter certeza de que a vitória nunca esteve tanto ao seu alcance. Ressalta que a derrota sofrida para o professor Lúcio Botelho, na última eleição, foi menor do que aquela que posicionou o antecessor Rodolfo Pinto da Luz, há 8 anos, no cargo máximo da instituição. Se eleito, pretende tomar a diretoria administrativa oposta a essas últimas gestões. Como professor do Centro Sócio-Econômico (CSE) desde 95, fundou o Observatório Latino-Americano (OLA), atual Instituto de Estudos Latino-Americanos (IEIA). Nildo cursou seu doutorado em Economia na Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) e é um dos principais organizadores das Jornadas Bolivarianas – encontros anuais de análises que buscam formas de superar o subdesenvolvimento no continente.

No dia 19, a reportagem solicitou ao candidato Álvaro Prata, professor do Centro Tecnológico, que se afastasse do seu comitê eleitoral, tumultuado na ocasião, para que pudesse ser entrevistado com tranquilidade. Por mais lotado que estivesse o Bar da Nina, nenhum dos presentes interrompeu a conversa. O suco tomado pela reportagem, no valor de R\$ 1,80, foi, decorrida a entrevista de uma hora e meia, pago pelo candidato.

Com uma trajetória na universidade que teve início há 29 anos, o candidato do Departamento de Engenharia Mecânica já ocupou o cargo de pró-reitor de pesquisa e pós-graduação de 2000 a 2004, tendo instituído, inclusive, o Departamento de Propriedade Industrial da Universidade. Ocupou a presidência do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior e recebeu a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico. Álvaro Prata julga que conhece a universidade o bastante para que possa promover a sua modernização e buscar a excelência nos níveis acadêmicos.

A última candidatura a se ter conhecimento foi a do professor do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), Fernando Kinoshita. Lançada no dia 18, a reportagem tardou em conseguir o contato do docente e a entrevista só foi marcada para a manhã do dia 29. Por um equívoco do candidato, que se esqueceu do compromisso, transferimos o encontro para as 21h30 do dia 30 no bar Quebra Gelo. No começo da entrevista de três horas e meia, o professor Kinoshita foi inquirido a respeito da motivação que o levou a se candidatar. Em uma comparação, ele associou sua chapa, Nova Visão, ao grupo dos desalinados na Guerra Fria e se queixou das dificuldades da sua candidatura em conseguir um espaço físico para o seu comitê e um site para a campanha. Por causa desses motivos, disse não se sentir à vontade em revelar os nomes que fariam parte da sua candidatura.

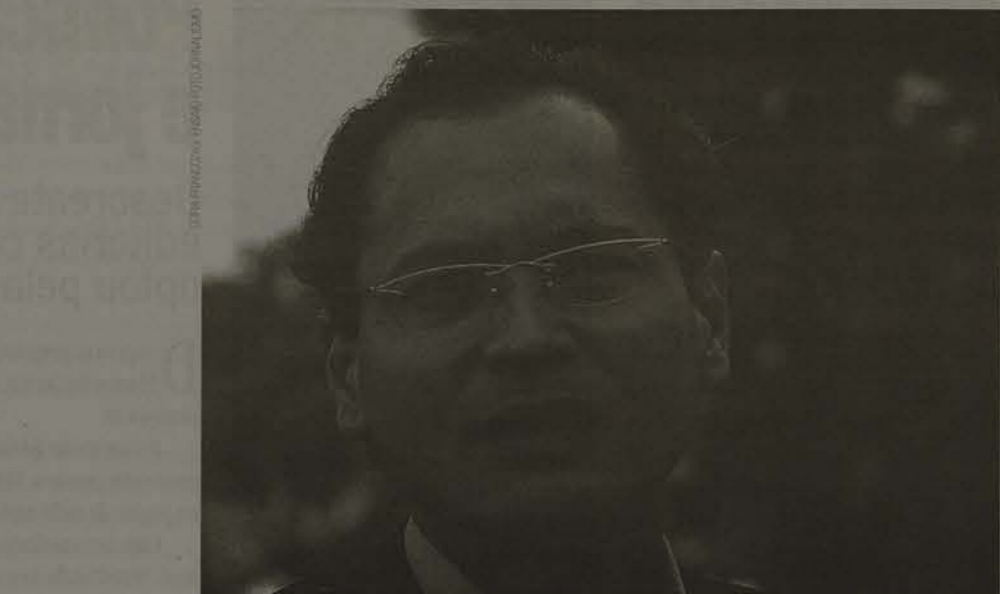


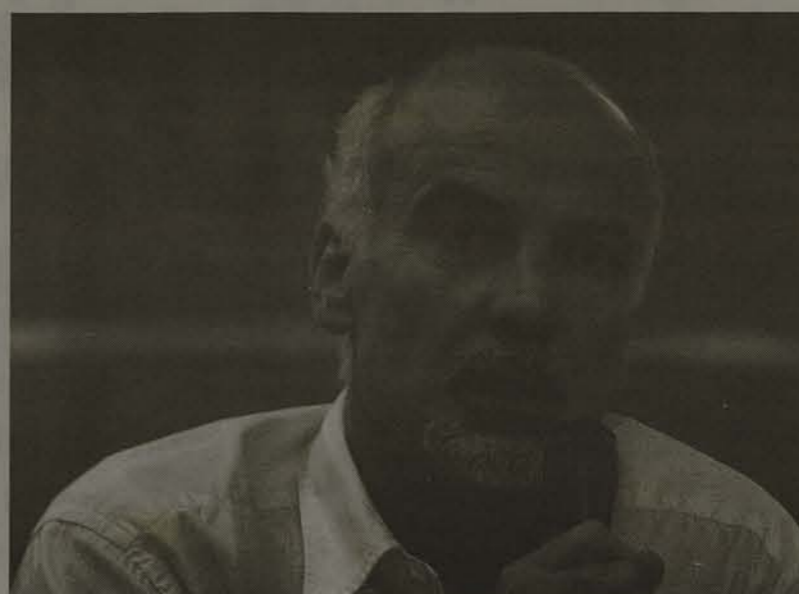
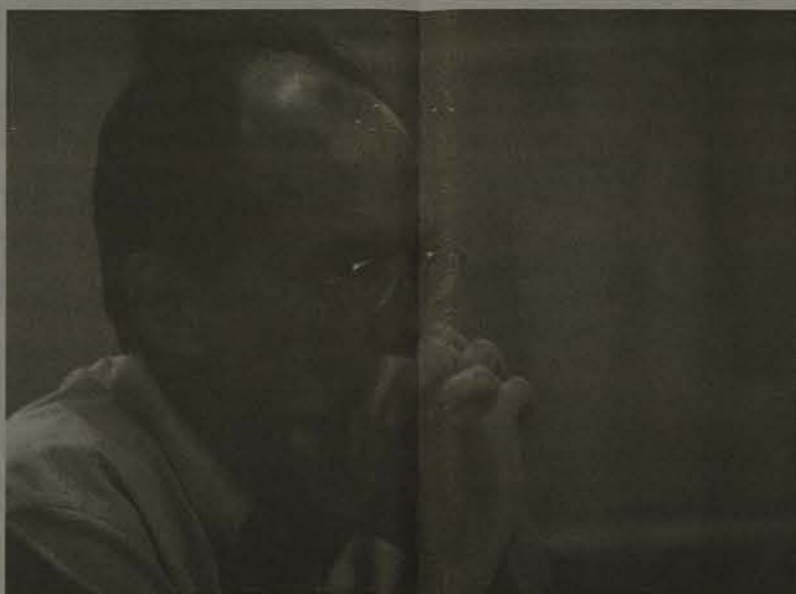
Foto: J. Henriquez - ufsc/pt/na.0604.008

Trabalha na UFSC desde 2000 e possui doutorado em Direito Internacional Público e Comunitário Europeu pela Universidad Pontificia Comillas. Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o docente é também ex-presidente da Comissão de Relações Internacionais da seção catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil.

Hospital Universitário O Candidato Nildo Ouriques identifica o que chamou de propostas de privatização do HU como parte do ideário neoliberal que “caducou na América Latina”. De acordo com o docente, a proposta não se justifica pois há recursos para serem investidos no hospital devido ao superávit fiscal do país. Criticou as visões que buscam alterar o caráter 100% público do HU. “O que eu pergunto não é ‘por que não mudar se pode funcionar melhor? Ao invés disso, indago ‘por que devemos mudar se pode funcionar melhor? Vimos antes completar nacionalmente a experiência plena de um Hospital Universitário público.” Por isso, o candidato defende que a proposta neoliberal não tem legitimidade na América Latina.

Nildo pretende promover a ampliação do HU apenas com dinheiro estatal e o dotar de pessoal e de segurança, completar a sua infra-estrutura física e atualizá-la. Quando perguntado, o professor estimou que seriam necessários, de início, R\$ 50 milhões para atingir tais objetivos, “um hospital se leva a sério, não se faz isso com 50 reais”. Não disse como pretende conseguir esses recursos financeiros, assegurando que as condições no Brasil estão altamente favoráveis para iniciativas como a que pretende ter. Descreveu sua candidatura como uma que busca se aproveitar da conjuntura nacional ao invés de uma candidatura conformada que busca “negociar migalhas”. Sobre a proposta específica de transformar o HU em Fundação Estatal de Direito Privado, o professor não apontou nada que tenha identificado como a principal mudança que seria provocada.

O candidato Álvaro Prata, ao falar sobre o hospital, afirma que formou sua opinião sobre o tema com as informações que o seu vice, professor Alberto Justo da Silva, conhecido como Paraná, subsidiou. Este já foi diretor-geral do HU e é responsável por uma



Válido por 4 anos

Na próxima terça-feira, alunos, professores e servidores decidem quem será o novo reitor da UFSC

ampliação na área da emergência, cujos recursos foram, em parte, provenientes de vendas de material apreendido pela Receita Federal e doados ao hospital.

De acordo com Prata, o HU é, antes de tudo, um hospital escola, ou seja, está envolvido com a área da saúde, mas deve ser voltado para a educação. O candidato não pretende fechar ou privatizar alas e sim ter compromisso com o hospital público. Ele descreve o HU como uma instituição que atende pelo SUS e que é alimentado também pelo Município e Estado, além do Governo Federal; acredita que seja difícil manter o hospital sem doações - do Ministério Público, por exemplo – e julga que sua autonomia seja fundamental, podendo receber dinheiro através de convênios, doações e emendas parlamentares.

Sobre a proposta de tomar o hospital uma Fundação Estatal de Direito Privado, afirma que ela deveria ser apresentada pelo governo de forma mais clara e menos sumária. Caso implantada, o candidato afirma que a principal alteração do HU seria na contratação dos seus funcionários, que passaria a ser através da CLT e não do Regime Jurídico Único (RJU). A reportagem averiguou que isso diminuiria a estabilidade aos servidores públicos, que atualmente só podem perder o cargo em função de sentença judicial. A intenção da proposta seria de remunerar a eficiência e não o emprego. Prata diz que ainda não tem opinião a respeito de qual seria a melhor maneira de contratar os servidores. “Durante um tempo, os funcionários foram contratados pela Fapeu, mas não se sabe se o RJU é melhor ou não”.

O professor Fernando Kinoshita adianta que pretende realizar uma avaliação estratégica e prospectiva da saúde, com foco nos Hospitais Universitários do Brasil e do mundo. A intenção seria de avaliar a saúde nos planos Municipal, Estadual e do Governo Federal, além de selecionar pólos internacionais de referência em saúde pública. Tal avaliação iria balizar as decisões acerca do hospital da UFSC, inclusive na hora de optar por um regime jurídico. Kinoshita, ao citar o que chama de tripé da saúde pública, afirma que os recursos humanos do HU são altamente qualificados, restando solucionar os problemas de infra-estrutura física e recursos financeiros. Julgou ainda ser complicado comentar a respeito de Fundações Estaduais de Direito Privado.

Políticas Afirmativas “Temos que honrar a decisão do CUn”, defende o professor Nildo ao se falar em adoção de cotas. Para que o sistema de políticas afirmativas funcione da melhor maneira, uma obrigação da UFSC é, na ótica do docente, a criação de novas bolsas e de uma política de permanência. O candidato defende a criação de

um fundo para tal política, bem como um para fazer avaliações dessa experiência pela qual a universidade passará. Nesta ocasião, aproveitou para fazer duas críticas - “a Universidade consultou os Departamentos sobre o Reuni, mas não os consultou a respeito das cotas” e “não se discutiu o racismo no Brasil, apenas as cotas”.

Álvaro Prata pretende dar condições para garantir a permanência dos cotistas, pleiteando, inclusive, recursos de editais e convênios do Ministério da Educação. Ele aponta que talvez seja necessário suprir deficiências de aprendizagem, além de garantir bolsas e moradia. Prata afirma que o compromisso das políticas afirmativas “não é da Universidade, é da sociedade”. Acredita que a ampliação da moradia estudantil é importante, mas não consegue antecipar como isso será feito. “Posso garantir o meu comprometimento”.

De acordo com Kinoshita, o sistema de cotas para afro-descendentes e indígenas não resolverá, no curto e médio prazo, o processo de exclusão social, econômico, cultural e político que sofreram ao longo de séculos. Entretanto, o candidato acredita que as ações afirmativas tendem a reduzir a desigualdade de tais segmentos com relação àqueles que têm maior acesso à alimentação, saúde, trabalho, moradia, transporte - ou seja, “a todos os direitos a que têm direito todos os brasileiros e brasileiras como um todo único, indivisível e orgânico”. O candidato acredita que as cotas sociais vão na mesma linha das étnicas, podendo ser vistas como uma forma de “compensar a incapacidade do Estado em facilitar o acesso aos direitos humanos, desde a base.” Kinoshita diz que a manutenção dessas pessoas no campus deveria ter sido discutida quando instalaram as cotas.

Reuni De acordo com o artigo 1º do decreto nº6096, de 24 de abril deste ano, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) tem por objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

O professor do CSE vê o programa com ressalvas. “Sou economista e não assino o Reuni”, afirma Nildo Ouriques, ao dizer que os recursos prometidos evidenciam a “pedagogia da migalha”. Mesmo com uma das três principais metas estabelecidas já estando, no caso da UFSC, cumprida e com a segunda sendo fácil de executar, o candidato não é a favor da adesão. “Já cumprimos isso sem o Reuni, vamos lutar por coisa melhor”, propõe. Quando foi levantada uma

pergunta hipotética, que pressupõe que a UFSC já tem todas as metas realizadas, sendo necessário apenas sua adesão ao projeto para que receba os recursos prometidos, Nildo declarou que o negaria da mesma forma, completando que “temos que pensar não só no que é bom para a UFSC, e sim o que é bom para todas as universidades”. O docente julga que receber dois milhões de reais em quatro anos é pouco para sustentar e melhorar uma universidade como a UFSC. Ele pretende conseguir mais recursos financeiros para dirigir a instituição praticando uma boa política.

Álvaro Prata diz que a Universidade, com a força que ela tem, deveria ter se antecipado e ajudado a discutir o programa, ao invés de se omitir até que as decisões cheguem a ela. O professor do CTC também acredita ter havido pouco diálogo com a comunidade acadêmica sobre o caso e pretende discutir e modificar as metas e recompensas do Reuni. “O reitor de uma universidade como a nossa não pode se submeter ao Reuni sem buscar modificá-lo”. Ressalta, porém, que uma das exigências do programa – a de atingir a média mínima de 18 alunos por professor na graduação – já está cumprida, visto que a UFSC tem 19. Aponta que outra meta, cujo objetivo é aumentar o número de vagas, será fácil de atingir, uma vez que três novos cursos serão criados – Artes Cênicas, Oceanografia e Zootecnia – e discute-se ainda a implantação de um curso de Música. A meta mais difícil de ser atingida seria,

Entenda o peso do seu voto

Com um corpo de eleitores próximo a 30 mil, é de grande relevância conhecer o valor de cada voto nas eleições para reitor da universidade. O voto é paritário a cada um dos segmentos com representatividade: alunos, professores e servidores técnico-administrativos possuem, cada um, um terço dos votos válidos. Dessa forma é possível analisar, em números, a participação dos eleitores nas últimas eleições.

Na campanha para reitoria de 1999, que elegeu o Professor Rodolfo Pinto da Luz, em um total de 24.426 eleitores, apenas 12.570 votaram. No sistema paritário, 1% desses votos válidos, equivale a, aproximadamente, 265 votos de alunos, 69 de servidores ou 46 de professores. Ou seja, 1 voto de professor vale quase 6 votos de um estudante, e o voto dos servidores vale quatro vezes mais que dos discentes.

Os alunos, apesar de maior corpo eleitoral são também os de menor participação proporcional, tendo comparecido apenas 51,46% - ou 8.762 - dos seus representantes. Embora o número absoluto de universitários tenha crescido nos últimos anos, a proporção dos votos caiu nas eleições de 2003 para 37,47%, quando o número de alunos com direito a voto já era de 25.748.

*1999 - Primeiro turno:
Total: 8.762 alunos. 1 voto = 0,003766% dos votos válidos.
Total: 2.290 servidores. 1 voto = 0,01441% dos votos válidos.
Total: 1.518 professores. 1 voto = 0,02173% dos votos válidos.

*2003 – Primeiro turno:
Total: 9.648 alunos. 1 voto = 0,00342% dos votos válidos. Dessa forma, 292,4 votos dos estudantes correspondeu a 1% do total.

*As estimativas foram feitas partindo da hipótese de que todos os votos foram válidos. Quanto maior for a incidência de votos nulos ou brancos em uma categoria, maior será o peso de cada um de seus eleitores.

então, a de elevar a taxa de alunos que concluem seu curso a 90%. Atualmente, a UFSC possui 59% de pessoas que se formam dentro do prazo mínimo.

Para Fernando Kinoshita, o Reuni traz propostas interessantes, mas que precisam ser aprimoradas e melhor esclarecidas em termos conceituais e jurídicos. Julga, entretanto, que a forma superficial como foi tratado o REUNI não teve um processo de discussão adequado dentro de nossa Universidade, apesar do governo federal apressar as instituições na direção de uma adesão

Entretanto, a UFSC não possui autonomia plena para que possa gerir a si própria. Por isso, precisa das fundações para que tenha maleabilidade no seu orçamento, sem se restringir ao que está previsto no ministério. A diferença entre esses dois candidatos está na distância em que cada um vê a autonomia. Enquanto Nildo acredita que é uma conquista possível de se atingir em quatro anos através do exercício da política e da articulação com outros IFES (Instituto Federal de Ensino Superior), Prata avalia que é uma meta que demorará mais para ser atingida e que alguns passos, como a ampliação do orçamento, podem ser executados. O candidato do CTC avalia que a autonomia será conseguida por partes.

Nildo reafirma também a importância da transparência das administrações das fundações e Prata, usuário dessas como pesquisador, diz que se frustrou com a falta de manifestação da reitoria no caso da intervenção na Fiesc.

Fernando Kinoshita também acredita não haver autonomia, mas associa essa questão à coerência jurídica da Universidade e afirma que pretende difundir pelos centros uma filosofia de equipe em que a prática seja coerente com a teoria e que o conhecimento das leis seja acessível a todos.

Segurança O cargo de segurança da Universidade é uma posição em extinção devido à legislação federal que impede as universidades de abrir concurso para essa função. A universidade tem contornado esse problema com a contratação de funcionários terceirizados e com a ajuda das Polícias Civil e Militar.

Para o professor Nildo, a tese da terceirização perdeu espaço no Brasil e esse modelo se revelou ser caro para a administração pública, além de ineficiente. Ele afirma que os trabalhadores contratados por empresas ganham menos que os contratados pela UFSC. Além disso, acredita que a entrada da polícia no campus fere a autonomia da universidade. A solução seria adotar uma postura de reivindicação para que se possa contratar seguranças como servidores da universidade, além de buscar reaver “os 15 mil professores que perdemos e os 25 mil servidores que precisamos”.

Prata afirma que a segurança do campus não tem clareza do seu papel na universidade, não sabe se sua função é defender o patrimônio ou as pessoas que transitam pela UFSC. “Essa posição deveria ser definida pela segurança, pela administração e pela comunidade universitária”, defende. Prata pretende tomar uma decisão sobre os problemas de segurança no campus, mas dividindo a responsabilidade com os outros. “Hoje, as pessoas cobram uma segurança maior, mas não querem assumir o ônus que isso implicaria para a sociedade”, diz, citando, como exemplo, a questão do fechamento do campus sobre a qual a comunidade deve opinar. “A polícia hoje respeita o campus e a segurança tem sido preventiva, evitando ocorrências, mas a universidade está exposta. Se, com o nosso efetivo de segurança, não conseguirmos resolver o problema, os policiais devem ser convocados, mas nunca para funcionar de modo repressivo”. Prata imagina que a comunidade universitária vai ganhar no que diz respeito à segurança e perder no que diz respeito à liberdade.

Fernando Kinoshita também relaciona a questão da segurança com a da liberdade. “No momento atual, tanto dentro como fora da universidade, vivemos um clima de violências e medos. Nesse contexto, podemos ser levados dolorosamente a uma reflexão sobre a nossa segurança e as nossas supostas liberdades”. As hipóteses de trabalho que o candidato sugere seriam: negociar, junto ao governo federal, a abertura de concursos públicos nesse segmento, sem perspectivas no curto e médio prazo; terceirizar a segurança, tendo que realocar recursos do orçamento geral da UFSC, em detrimento de outras necessidades; contratação de segurança pública através das fundações que se encontram engessadas; estabelecer parcerias com as forças que poderiam nos proteger, como a “PM comunitária”. Ele pretende que tais hipóteses de trabalho sejam submetidas a um plebiscito.

Por Diego Ribas e Paula Reverbel

Mau uso desvirtua função do estágio

Legislação precisará atualizar normas que regulamentem atividade e atendam interesses de empresas e estudantes

Há vagas para estágio. Função: complementar os ensinamentos adquiridos em sala de aula. Pré-requisitos mínimos: que empresas se preocupem com o caráter educativo dessa atividade, sem prejudicar a formação curricular do aluno. Pré-requisitos desejáveis: que a atividade não seja descaracterizado e confunda-se com emprego.

Trinta anos depois da primeira lei que estabeleceu regras para a atividade, a lei do estágio está prestes a ser reformulada. Sinal claro de que muita coisa mudou e de que é preciso dar maior atenção ao tema. Afinal, cargas horárias excessivas, superuti-

lização de estagiários e equívocos jurídicos são questões que ainda diminuem os ganhos educacionais e profissionais da atividade.

Estudante de Enfermagem estagiando em banco, aluna de Psicologia em livraria, jovem que já havia concluído o Ensino Médio e foi obrigada a se re matricular para ficar com uma vaga, além de uma empresa em que todos os funcio-

nários eram estagiários, inclusive o gerente. Com base nos casos que enumera, o chefe de fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina (DRT-SC), José Márcio Brandão, afirma: o estágio tem sido utilizado de forma a fraudar a legislação trabalhista e substituir o trabalhador por uma mão-de-obra muito mais barata.

"Muita gente confunde as coisas, quer universitário para trabalhar como atendente, telefonista. As empresas têm que ter claro que o estágio é feito para o estudante", sublinha o superintendente estadual do Centro de Integração Empresa-Escola em Santa Catarina, Aníbal Dib Mussi.

Casos de uso inadequado do estágio ofuscam seu ver-

de obter experiência prática em sua área de formação - uma exigência comum quando se procura um emprego - ou com objetivo de se inserir no mercado de trabalho. Em busca de oportunidades, existe até quem opta por atrasar o curso.

"Há uma tendência de alongar a escolarização dos jovens antes de entrar no mercado. Quatro anos já não são suficientes para terminar um curso, pois muitos optam por estagiar" explica a socióloga Bernadete Auade, do Laboratório Transformações no Mundo do Trabalho, da UFSC.

Para alguns estudantes, estagiar também é uma forma de viabilizar os estudos, defende o presidente da Associação Brasileira de Estágios (Abres), Carlos Mencaci. A bolsa-auxílio, que geralmente tem valor próximo a um salário mínimo, em alguns casos é utilizada para complementar a renda da família. Há ainda os atrativos para as empresas. A começar pelas vantagens fiscais, já que os estágios são isentos de encargos sociais e trabalhistas. Por isso, muitas vezes é usado como forma de antecipar a preparação e seleção de mão-de-obra, além do espírito de renovação que a atividade proporciona.

O resultado dessa soma de interesses nem sempre é benéfico ao aprendizado do estudante. A conclusão que Hiram Damin chegou após realizar estágios durante toda sua graduação em publicidade foi semelhante. Os três estágios na área de "endomarketing" e na área de vendas pouco tinham relação com os conhecimentos exigidos pelo mercado e não ajudaram a hora de concorrer a uma vaga de emprego. "Só aceitei o estágio por causa do valor pago e porque são poucas as ofertas de estágio na área de publicidade", explica Hiram, que recentemente se formou. Para ele, os benefícios não foram grandes. Já para a empresa, segundo conta, era um serviço profissional com pagamento de estagiário.

Outro caso em que a relação estudante e empresários pode resultar em uma má-utilização do estágio, e desvirtuar sua função de aprendizado, é a situação da estudante M.M.,

que pediu para não ser identificada. Ela trabalha para um escritório de arquitetura, onde grande parte do trabalho é realizado por estagiários, são apenas duas profissionais para cinco estagiários, um exemplo de como uma

atividade com fins educacionais acaba substituindo mão-de-obra profissional. A estudante da 7ª fase da UFSC revela que, às vezes, recebe tarefas de muita responsabilidade, normalmente feitas por arquitetos já formados.

No seu caso, M. M. considera que esteja aprendendo. No entanto, o mesmo não acontece com sua colega de escritório e curso, P. M. M.. "Depois de um tempo de estágio, tudo começou a ficar repetitivo. Não tenho aprendido mais nada", reclama. Outra insatisfação da estudante é com a pressão de sua chefe. "Ela passa uma lista enorme de coisas a fazer e fica cobrando prazos apertados, como se não fôssemos estudantes". O estágio das estudantes e de suas colegas de escritório também não são registrados, como exige a lei.

A falta de dados estatísticos sobre o tema, mostra como a questão do estágio ainda necessita maior atenção, como o acompanhamento que é feito sobre o número de postos de trabalho. Os Ministérios da Educação e do Trabalho nem mesmo sabem precisar o número de estagiários existente no país. Os dados mais abrangentes são dos agentes de integração. A Associação Brasileira de Estágio (Abres) estima que exista mais de 1 milhão de estagiários. Mas a maior parte dos dados são levantados apenas nos agentes de integração associados à Abres, que não são todos (o CIEE, maior agente de integração do Brasil, por exemplo, não o é). A estimativa também não inclui os estágios não-registrados, feitos sem o conhecimento de instituições de ensino e agentes de integração.

Por Diogo Honorato

"Muita gente confunde as coisas, quer universitário para trabalhar como atendente"

Aníbal Dib Mussi



dadeiro objetivo: o aprendizado. A maioria das instituições de ensino hoje reconhece a importância e a necessidade da atividade como complemento do ensino acadêmico. Em alguns cursos da UFSC, como Letras, Engenharia,

Falta de clareza nas leis atuais dificulta o aprendizado do aluno

Pela legislação em vigor, caso não fique evidente aos fiscais do trabalho, que uma atividade reflete em aprendizado constante, a empresa pode ser autuada. "A partir do momento em que não há aprendizado, não se configura mais como estágio", alerta José Brandão, da DRT-SC. Nesse caso, a empresa fica obrigada a pagar a diferença entre o piso da categoria e o valor da bolsa-auxílio, além dos demais encargos trabalhistas.

No entanto, nem mesmo estar dentro da lei garante a eficácia de um estágio como forma de aprendizado. A legislação atual só exige que as atividades desenvolvidas tenham condições de proporcionar "experiência prática na linha de formação" do estudante, o que pode ser feito de diversas formas, dependendo da interpretação. Sob o pretexto da "experiência prática", por exemplo, a Abres defende o estágio como forma de "diminuir o impacto da transição" do ambiente de ensino para o profissional. Para tanto, entende como aprendizado o simples contato com a filosofia e funcionamento de uma empresa e atitude profissional. Já

a prática do que se aprende na sala de aula e a orientação constante de um profissional nem sempre existe.

As atividades que Carolina Oliveira executa como estagiária de uma creche incluem realizar atividades lúdicas e cuidar de crianças de zero a cinco anos. Na creche onde atua por quatro horas diárias, ganha R\$ 230,00 por mês. Quando indagada sobre de que modo seu estágio se relaciona com o conteúdo de seu curso de Pedagogia, demonstra a falha no aprendizado. "Do ponto de vista pedagógico, não acho que tenha acrescentado em nada. O que eu faço lá é serviço de babá. Eu conseguiria fazer a mesma coisa sem estar na faculdade", critica. Carolina é supervisionada pelo diretor da creche, que "não tem formação em Pedagogia e só fica na sala dele". Apesar dessas falhas, hoje o estágio da estudante está registrado e dentro da lei. No entanto, cuidou das crianças por 6 meses sem registro, antes de regulamentar sua atividade.

Pela lei atual, o acompanhamento e avaliação dos estágios competem às unidades de ensino. Em contrapartida, instituições como a UFSC obrigam as

empresas a designar um profissional para orientar o estudante, um relatório (de periodicidade variável de acordo com o curso), além da supervisão de um professor, quando ele é obrigatório. No caso de Carolina, a UFSC (onde estuda) só tomará conhecimento das atividades que realiza seis meses depois do seu início. No caso de atividade não-obrigatória as instituições de ensino afirmam não ter como verificar o real caráter. "Os relatórios são fraudáveis", questiona José Brandão, da Delegacia do Trabalho, que defende visitas frequentes de um professor-supervisor. A diretora do departamento de estágio da UFSC, Maria de Lourdes Dias, não vê maiores problemas. "Se ele não for obrigatório, não é obrigatória a aprendizagem. Ele complementa a aprendizagem acadêmica", justifica.

Em maio de 2006, o Ministério Público do Trabalho impôs termos de ajuste de conduta a diversos agentes de integração e unidades de ensino, entre elas a UFSC. Todos tiveram que se comprometer a corrigir distorções. "De lá pra cá, muita coisa já melhorou", afirma Maria de Lourdes. DH



Cena da peça "Profissão Estagiário", em cartaz no Centro Cultural de Brasília

O que muda na nova lei

O projeto de lei do Senado (PLS) 0044/2007, de autoria do executivo, tramita em regime de urgência e aguarda votação. Entre outras medidas, estabelece:

- Exigência do acompanhamento de um supervisor onde o estágio é realizado e da coordenação de um professor-orientador
- Obriga a instituição concedente a reduzir a carga horária pela metade em período de provas
- Relatório passa a ser obrigatório e deve ser apresentado a cada seis meses, no mínimo
- Profissionais liberais poderão utilizar estagiário
- Obrigatoriedade do pagamento de bolsa-auxílio, vale-transporte e seguro



- Limita a carga horária a seis horas diárias e 30 horas semanais
- Multa de R\$ 240,00 a R\$2.400 para quem descumprir as regras
- Limita a proporção de estagiários/funcionário, mas apenas para estágios de nível médio
- Estagiário terá direito a 30 dias de férias após um ano, ou proporcional ao período que atuou

opinião

Profissão: Estagiário

A princípio, o número pode chamar atenção: são mais 30 estagiários que o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) planeja contratar, por seis meses, para agilizar o processo de discussão e elaboração do plano diretor. Poderiam ser mais 30 cargos públicos, pensariam alguns de nós. Mas a lógica do custo/benefício não se estrutura dessa forma: por que contratar arquitetos formados, se para tarefas como confeccionar livretos e escutar as reivindicações da população alguns estagiários supervisionados cumprem satisfatoriamente? Além de não compensar, contratar 30 profissionais temporários seria uma tarefa das mais inviáveis, tratando-se de serviço público.

Raciocínio semelhante se aplica a algumas ofertas que aparecem: estudante de Letras para atender em biblioteca, de Administração para emitir notas fiscais, de Engenharia para utilizar o AutoCad e uma série de outros exemplos em que se procura estagiário para "tarefas de estagiário". Ou seja, aquelas funções de menor importância, das quais um profissional prefere delegar a alguém com menos experiência.

No entanto, definir o que deve

ser "tarefa de estagiário" talvez seja uma missão das mais difíceis: se muito relevante, a atividade pode significar substituição de mão-de-obra profissional, embora o aprendizado para o estudante seja grande; se muito insignificante, será nítida a diferença de atribuição entre o profissional e o estagiário, mas o estágio terá um valor educativo reduzido.

Fica evidente o desvirtuamento quando um estudante de Psicologia realiza estágio como caixa de banco ou quando a única tarefa do estudante é fazer cafezinho. Contudo, o julgamento de um fiscal do trabalho é muito mais subjetivo quando se depara com um aluno que realiza estágio em sua área de formação, mas seu aprendizado limita-se às

tarefas que repete várias vezes ao dia — as mesmas desde quando foi admitido.

A nova lei do estágio, que está para ser aprovada, também não esclarece esse ponto. A propósito, as mudanças, em sua maioria, tentam muito mais garantir direitos mínimos aos estagiários e evitar que os estudos sejam afetados. Impedir a substituição de mão-de-obra ou a falta de aprendizado foram objetivos menores. Tanto que a versão do texto encaminhada para votação do Senado não limitava o número de estagiários de nível superior por instituição. Assim, vai depender de cada curso especificar que tarefas são ideais para os estagiários. DH

*Diogo Honorato é estagiário



Jornalistas aprendem sobre aquecimento

Profissionais da mídia são desafiados a substituírem manchetes apocalípticas por informações coerentes

Aquecimento global é um tema recorrente na mídia, quase a ponto de saturação. Abandonar manchetes sensacionalistas e abordar as questões ambientais de maneira sistêmica é um desafio para jornalistas de qualquer área. De certa forma, tudo em nossa vida está ligado ao meio ambiente. Para debater esse desafio e ouvir a palavra de cientistas especializados em aquecimento global, mais de 500 pessoas se reuniram na reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, de 10 a 12 de outubro, no II Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental (CBJA).

O encontro foi organizado pelo Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ-RS) e pela EcoAgência de Notícias e reuniu estudantes de jornalismo de 17 estados brasileiros, palestrantes e jornalistas do Brasil, Inglaterra, México, Panamá, Cuba e Uruguai. Também reuniu pesquisadores e cientistas, ativistas e autoridades que debateram o tema "Aquecimento Global, um desafio para a Mídia".

O congresso foi aberto pelo prefeito do município, José Fogaça (PT) e pelo ambientalista Carlos Otaviano de Moraes, secretário de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

Moraes saudou os congressistas, em nome da governadora Yeda Crusius (PSDB). Ao afirmar que a mídia tem poder para transformar a sociedade, ele sugeriu que os jornalistas abordem o tema do aquecimento global com responsabilidade e baseados em conhecimento científico. "Meio ambiente é uma idéia que tem como substrato a solidariedade, a solidariedade de todos em benefício do ambiente", acrescentou.

Mitos e cenários realistas
Dois especialistas em mudanças climáticas iniciaram, no dia seguinte, as discussões sobre a responsabilidade que cabe à mídia ao movimentar o debate em torno

do aquecimento global. José Marenco Orsini, doutor em Meteorologia e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Jefferson Cardia Simões, primeiro glaciólogo brasileiro e professor do Departamento de Geociências da UFRGS, criticaram o tom apocalíptico usado por determinados veículos de comunicação.

Orsini é um dos principais cientistas a pesquisar as mudanças climáticas no Brasil e não acredita que a



Mais de 500 pessoas estiveram presentes no II Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental, em Porto Alegre (RS)

causa primária do aquecimento global seja a ação humana. Ele considera que o foco das mudanças climáticas deve se desviar para as preocupações com a qualidade de vida das pessoas e alerta para o uso indevido de informações científicas para fins políticos. O cientista avalia que a imprensa brasileira tem tido um papel importante na conscientização da sociedade para os problemas causados pelas alterações do clima, mesmo ainda que alguns jornais e revistas apresentem manchetes de apelo emocional, comoursos polares se afogando, sem agregar conteúdo informativo relevante aos textos. "Algumas revistas trazem

capas com ursinhos polares, mas não falam do drama dos índios da Amazônia. Ursos polares emocionam as pessoas, no entanto, os problemas ambientais afetam muito mais as populações carentes, como os pobres do Brasil", alertou.

Ele se preocupa com a influência da mídia no comportamento das pessoas. "A cidade submersa no mar é uma informação sem fundamento científico, mas causa muito impacto. As crianças pensam: para quê vou estudar? Os adultos dizem para quê vou casar e ter filhos?". Orsini informou que o governo brasileiro começa "finalmente" a esboçar um plano nacional para políticas do clima. "Longe de

ser suficiente, isso coloca a necessidade de os meios de comunicação ampliarem o debate e qualificarem a cobertura ambiental e do desenvolvimento", enfatiza.

Jornalistas têm a responsabilidade de mostrar os mitos e as verdades em torno do tema do aquecimento global e suas prováveis conseqüências para a vida das pessoas e dos diversos biomas. Uma tarefa de múltiplos desafios, um dos quais é entender a linguagem científica. "A comunicação no Brasil é satisfatória, mas enfrenta um grande problema, o baixo nível cultural do público", avaliou o mediador do debate, Eduardo Viola, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

O glaciólogo Jefferson Cardia Simões, primeiro climatologista brasileiro a pesquisar no Pólo Sul, acredita que o problema começa com a falta de educação básica na escola de ensino fundamental. Ele observa que há confusão generalizada, inclusive entre os jornalistas, em relação a conceitos como mudanças climáticas, aquecimento global, efeito estufa e destruição da camada de ozônio e quem escreve "o aquecimento global vai derreter as calotas polares e elevar o nível do mar", por exemplo, comete alguns equívocos. "Não existe 'calota polar' e sim um pedaço de terra coberta por gelo formado na última era glacial", diz o pesquisador. E existe o gelo marinho, que se forma quando o mar congela ao redor dos pólos. O gelo que está derretendo é desse mar congelado, ao redor do Ártico. "No mar Antártico, não há evidência de derretimento. O que está acontecendo

lá é a redução do albedo planetário, que é a energia refletida pelo gelo de volta à atmosfera, o que provoca o aquecimento do continente Antártico", explicou o glaciólogo. "O gelo que está sobre o continente Antártico e sobre a Groenlândia nunca derreteu, nos últimos 15 milhões de anos. O mar congelado pode sumir totalmente, mas não vai afetar o nível dos oceanos", garante o cientista. "Essas placas flutuantes já pressionavam para cima o nível das águas antes de se tornarem oceano, tal qual o gelo que flutua num copo de refrigerante", acrescentou. "No entanto, o maior derretimento de gelo acontece nas montanhas e cordilheiras das regiões tropicais e temperadas. Essa água, vai para o mar, porém o mar se elevará em menos de um metro, até o ano 2100."

Simões explicou que a variabilidade da escala natural de temperatura realmente aponta para um índice de aquecimento nos últimos mil anos, e as atividades humanas aceleram esse processo natural de aquecimento. Mudanças climáticas devem afetar a distribuição da água na superfície da terra e modificar certos biomas. "Nós temos que ter uma visão muito mais ampla sobre os impactos das mudanças climáticas", sinaliza. "Pequenas variações não afetam o planeta, mas o ser humano".

Tal como seu colega, ele também

adverte: "Alguns já estão usando estas informações científicas para fins políticos", referindo-se a políticos e cientistas norte-americanos e brasileiros. Simões sugere que os jornalistas se certifiquem de que as fontes de informação sejam isentas e que não se privilegie apenas uma fonte ou um artigo acadêmico isolado.

Ainda assim, os dois cientistas defenderam o premiado documentário "Uma verdade inconveniente", do norte-americano Al Gore. "Está muito claro, todo mundo consegue entender o que é o aquecimento global", comentou Orsini. Simões também elogiou: "Houve seriedade na construção do documentário. Afora alguns errinhos e um viés americano na escala, vale pelo impacto que causou".

Na tarde do dia 11, "Meio ambiente na mídia" foi o primeiro painel, apresentado por Wilson da Costa Bueno, jornalista, professor e diretor da Comtexto, e Eduardo Geraque, repórter da Folha de S. Paulo. Geraque avisou que não falava em nome da Folha e que se esforça para dar um formato diferente ao texto "pasteurizado" do jornal, para atrair os leitores. "Reportagem tem fluxo energético", explicou, "e é o fluxo energético que traz o tema do ambiente para a mídia." E ensinou: "o repórter deve estar sintonizado com as questões sociais e ambientais, em um processo de retroalimentação jornalística".

O repórter da Folha, que tem abordado as questões ambientais no Caderno de Ciências, reclamou da falta de editoria específica. "Não existe editoria [de meio ambiente] em qualquer jornal que cubra ambiente.

"Alguns já estão usando essas informações científicas para fins políticos"

Jefferson C. Simões (UFRGS)

Aí a cobertura fica fragmentada. O que aparece na mídia são as pesquisas científicas e se deixa de lado o aspecto filosófico das questões ambientais", enfatiza. Para ele, as questões ambientais devem

ser abordadas de maneira crítica e em um contexto sistêmico, para que as pessoas saibam quais as conseqüências do aquecimento global para o seu dia-a-dia. E deu um exemplo de como o viés da notícia pode ser parcial: "Existe um grande plano estadual em Roraima para a plantação de cana-de-açúcar por interesses do governo no mercado da Venezuela, e a matéria saiu na editoria Dinheiro!".

Por Vera Flesch

Falar sobre ambiente requer capacitação

Questões ambientais tendem a ser polêmicas porque implicam mudança de postura e paradigmas. Às vezes o problema é provocado por quem vende o discurso do ambientalmente correto e se associa a um empreendimento que faz o mesmo discurso para disfarçar a atitude oposta. O segundo painel da tarde do dia 11, que abordava "A atuação e a sustentabilidade dos veículos ambientais", mostrou como o discurso do "gera emprego e renda" pode ser confundido com ações de "desenvolvimento sustentável" e beneficiar a imagem de uma corporação.

Para discutir o tema do painel, foram convidados dois editores de revistas especializadas em meio ambiente: Vilmar Sidnei Bemamam Berna, editor da Revista do Meio Ambiente e do site da Rede Brasileira de Informação Ambiental (Rebia), e Adalberto Marcondes, editor da revista eletrônica Envolverde.

Berna foi questionado logo de início pelo mediador do debate, João Batista Santafé, por veicular publicidade da empresa Aracruz Celulose e da Companhia Vale do Rio Doce na capa interna da sua "revista do bem", um contra-senso, na opinião do editor da EcoAgência. "A polêmica não existe", respondeu Berna. "Finalmente, a Petrobrás está financiando este congresso. A Aracruz está na revista, mas nunca pediu para não se falar mal dela."

A platéia reagiu e colocou em dúvida a ética e a reputação de um veículo financiado por empreendedores que pegam carona na reputação do "ecologicamente correto". Berna afirmou não ganhar nada com isso e disse que distribui sua revista gratuitamente. Ninguém pa-

gou pelos exemplares oferecidos aos congressistas, porém na capa estava impresso o valor de venda nas bancas: R\$ 5,00.

Marcondes defendeu a postura de seu colega Berna, embora não se veja publicidade semelhante no site da Envolverde. "A Souza Cruz, por exemplo, é muito mais escabrosa, ela tem a morte em todo o seu processo, ela mata quem produz e mata quem consome", justificou.

Na sexta-feira, 12 de outubro, enquanto o primeiro conferencista do dia, o cientista Philip Martin Fearnside apresentava lâminas com extensas informações científicas sobre a Amazônia e o aquecimento global, a mediadora da conferência interrompeu sua palestra para anunciar que o Prêmio Nobel da Paz fora atribuído ao ambientalista norte-americano Al Gore e ao IPCC, o órgão das Nações Unidas para as mudanças climáticas. A platéia vibrou com a indicação e o reforço à causa.

Por coincidência, Fearnside também é um dos colaboradores do IPCC. Nascido nos Estados Unidos, trabalha há 30 anos como pesquisador titular do Departamento de Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e foi o segundo especialista mais citado nos últimos dez anos, no mundo, sobre o tema do aquecimento global, segundo um levantamento feito em 2006

pela agência de pesquisas Thomson ISI. Fearnside faz parte do grupo de cientistas que responsabiliza a ação humana pelas mudanças climáticas.

O tempo disponível para sua palestra "Perspectivas para a Amazônia no Século 21" se duplicou pela ausência do outro convidado, o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente João Paulo Capobianco, que não enviou justificativa à comissão organizadora. Mesmo com mais tempo à disposição, o pesquisador teve de concluir sua palestra antes de poder mostrar todas as lâminas preparadas e foi um dos palestrantes mais aplaudidos do dia.

A conferência "Cidades Sustentáveis", logo a seguir, apresentada pelo engenheiro civil Aloysio Sattler, professor da UFGRS, e pelo jornalista André Trigueiro, apresentador da Globo News, também foi muito aplaudida pela objetividade com que abordaram o tema.

Trigueiro, por ser editor do programa semanal "Cidades e Soluções", foi indagado pela platéia como fazer um programa de meio ambiente de sucesso enquanto outros jornalistas têm muita dificuldade de inserir matérias sobre meio ambiente no veículo para o qual trabalham. Trigueiro deu a receita: "uma tática é colecionar argumentos e mostrar que o assunto é de interesse jornalístico. Tem

que ter bastante informação sobre sustentabilidade e meio ambiente. Não se pode falar de meio ambiente de forma apaixonada, emotiva. Use argumentos, saiba quais são os maiores problemas da atualidade".

André Trigueiro acumula funções. Ele é jornalista com pós-graduação em Gestão Ambiental, escritor, professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC/RJ. "O jornalismo ambiental é desafiador porque transforma a nós e àqueles a quem contamos nossas histórias", diz o jornalista que não fala de problemas, mostra soluções. "Além de denunciar casos de corrupção, de irregularidades, o jornalismo também tem a função de sinalizar rumos e perspectivas para o futuro."

Os jornalistas que participaram do congresso e aqueles que cobrem meio ambiente se sentem desafiados a abordar as questões climáticas sob um olhar sistêmico e acompanhar com atenção as ações governamentais, é o que as discussões na rede da EcoAgência reforçam. Outros dois desafios que os congressistas lhes apresentaram foi o de transmitir conhecimento científico de fonte segura e o de saber diferenciar entre fatos comprovados pela ciência e fatos politicamente manipulados.

Renato Gianuca, membro da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, vê a necessidade de maior capacitação dos jornalistas para enfrentar esses desafios emergentes, e cita as palavras do colega uruguaio Hernán Sorhuet, colunista do jornal El País de Montevideo: "Dos debates e comentários do congresso brasileiro, surgiu de novo a questão da capacitação dos jornalistas e dos comunicadores como parte essencial do processo transformador que deve acontecer na sociedade, para enfrentar com maturidade os grandes desafios impostos pela crise social e ecológica que vivemos, em escala global, regional e local. Neste sentido, preocupa muito a notória ausência de cursos de capacitação em jornalismo ambiental e científico nas universidades e escolas de Jornalismo na América Latina." (citado por Renato Gianuca no site EcoAgência, acesso em 30/10).

Flora Neves, estudante do quarto semestre de jornalismo da Faculdade Estácio de Sá e monitora do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em Florianópolis (SC), também deixou seu recado no site da EcoAgência: "saber mais sobre o ramo do jornalismo ambiental através de grandes mestres desta área fez valer a minha presença no CBJA. Esta é uma oportunidade de capacitação para nós estudantes, já que a maioria das faculdades não nos oferece a disciplina de jornalismo ambiental". VF



Queiroz ouve o Lama Samten

O Monge e o Executivo

Mozart de Queiroz, Gerente Executivo de Desenvolvimento Energético da Petrobrás e o Lama Padma Samten, físico e monge budista, revelaram a uma atenta platéia suas convicções pessoais a respeito da produção e do uso de energias renováveis. "Produzir energia sempre tem impactos", afirmou o representante da Petrobrás, depois de discorrer sobre as inovações e as ações da mais poderosa estatal brasileira. "A nossa energia também é de fonte renovável, à medida que vem dos alimentos", acrescentou.

"Um dos problemas da demanda exponencial é que ela não é sustentável. As fontes limpas também chegarão ao seu limite" revidou o representante do Dalai Lama. "Energia sempre oferece dois problemas: sua geração produz impactos e o seu uso também. Estamos sempre manipulando a natureza em qualquer das etapas."

Queiroz perguntou então ao físico budista o que a sociedade deveria fazer para sair desse impasse e anotou algumas das sugestões de Lama Samten. O Lama mencionou a energia do sol, do hidrogênio e sugeriu novas normas arquitetônicas. Depois falou de educação, cultura e simplicidade de vida. "Nossos referenciais podem mudar" disse, "visando a felicidade e a redução do sofrimento. Sugerimos a simplificação das nossas necessidades, o que vai permitir a expansão da nossa satisfação. Para isso, precisamos desenvolver modos alternativos e renováveis de vida. Isso implica em redução do consumo de energia".

Mozart assentiu com a cabeça e lembrou o bombardeio constante da mídia, da internet e da publicidade em outdoors, gerando necessidades supérfluas e estimulando o consumo frenético. "Nós estamos confundindo economia com desenvolvimento", concluiu o monge, em sintonia com o executivo. VF



Fearnside é um dos especialistas mais respeitados em matéria de aquecimento global

Procuradores questionam compra do A Notícia

Uma possível descentralização no setor traz o monopólio da mídia catarinense de volta às páginas do Zero

Que os meios de comunicação em Santa Catarina (ou no Brasil, ou no Mundo) são dominados por oligarquias não é nada inédito. Mas na realidade catarinense, beira-se o monopólio. Em agosto de 2006, o grupo RBS (Rede Brasil Sul) comprou o diário A Notícia, que era, então, o único jornal de circulação estadual não pertencente ao conglomerado de mídia gaúcho. Estudando o caso desde a compra, alguns procuradores da república pretendem entrar na Justiça Federal de Santa Catarina com uma ação contra a RBS. Está lá na Constituição Federal, "os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio", mas exatamente o que é um monopólio de mídia, não. Na área econômica, isso é baseado em números, em porcentagem do mercado. Na mídia, não é apenas o fato de que estamos comprando produtos de uma única empresa, o problema maior é que estamos consumindo os mesmos produtos: a mesma visão dos fatos, as mesmas fontes de informações. "Não existe democracia sem imprensa livre, mas a liberdade de imprensa pressupõe a pluralidade, não existe liberdade de imprensa tendo um monopólio", afirma Celso Três, procurador da república em Tubarão, um dos autores da ação. A RBS também é dona do Diário Catarinense e do Jornal de Santa Catarina – que já circulou por todo o território catarinense, antes de ser comprado e

transformado em um veículo da região de Blumenau. Na ação, os procuradores pedem a anulação da compra do AN e a volta aos antigos donos ou venda a terceiros.

Além disso, também há o sistema de televisões. A RBS é dona de seis emissoras no estado, enquanto Três afirma que só duas são permitidas. A empresa também pode ser acusada de não respeitar a lei que exige um mínimo de programação local. Não que isso seja exclusividade da rede gaúcha. Embora no universo dos jornais impressos a concorrência com a RBS seja praticamente inexistente (o Diário de Notícias, da Rede SC, concorre diretamente com o A Hora de Santa Catarina, mas não com o Diário Catarinense), no meio televisivo a Rede SC quer participar: no dia 31 do último mês Mário Petrelli, diretor-presidente da empresa, anunciou o fim do contrato com o SBT. O canal agora vai retransmitir a programação da Rede Record e passará a integrar a RIC (Rede Independência de Comunicação), operadora da Record no Paraná. Com isso, o grupo vai passar a ser o segundo maior de mídia do Sul, atrás apenas da... RBS.

Em 1992, uma edição inteira do Zero foi dedicada ao tema da radiodifusão no estado. O título do jornal era "Oligarquias dominam rádio e tv em SC" e tinha duas peculiaridades: era o número de décimo aniversário do Zero

e foi escrita inteiro por um mesmo repórter. Geraldo Hoffman usou a grande reportagem que fez como Trabalho de Conclusão de Curso para criar esse dossiê. Nessa época, a RBS já possuía 63% da audiência dos mais de 700 mil domicílios com televisão em Santa Catarina, apesar de ter apenas três emissoras – Florianópolis, Blumenau e Joinville. A Rede de Comunicações Eldorado (RCE) era a empresa com mais concessões no estado, quatro de televisão e 15 de rádio, embora a audiência já fosse baixíssima. Em 1991 a RCE-TV ficou em último lugar, com 9%. Em 1995 a TV Eldorado foi comprada pela RBS e transformada na emissora da empresa em Criciúma, enquanto as outras emissoras da RCE (Florianópolis, Itajaí e Xanxerê) foram vendidas para a Rede Record.

A segunda maior rede do estado em abrangência na época, atrás da RBS, era a SCC (Sistema Catarinense de Comunicações), que retransmitia programação do SBT e era formada por três emissoras – Chapecó, Florianópolis e Lages – que funcionavam em parceria. Em meados da década de 90 a parceria não foi renovada e as duas primeiras se uniram na fundação da Rede SC, que continuou retransmitindo o canal de Sílvio Santos, o que dura só até o fim desse ano. A emissora da SCC em Lajes hoje se chama RedeTV Sul! e retransmite a programação do canal de Barueri.

O dossiê do Zero de 15 anos atrás mostra como donos de empresa de mídia, alguns na ativa até hoje, tinham e têm ligações com partidos políticos. Mário Petrelli, por exemplo, que ainda

hoje preside a Rede SC e já foi dono do Jornal de Santa Catarina, da TV Cultura de Florianópolis e da TV Barriga Verde, transitava na década de 60 entre o PSD (Partido Social Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional). Depois da ditadura passou pela diretoria do PDS (Partido Democrático Social) e depois foi da dissidência que criou o PFL (Partido da Frente Liberal), os últimos três notoriamente oligárquicos. A reportagem também mostra como a RBS ajudou a definir a eleição para governador de Santa Catarina no ano de 1982 a favor de Esperidião Amim, então do PDS. Os programas jornalísticos da emissora afirmavam que a vitória de Amim sobre o candidato pme-debista Jaison Barreto era certa, com 400 mil votos a mais para o candidato favorecido. Na eleição, a diferença foi de mínimos 12.650 votos. Algo semelhante ao que aconteceu nas últimas eleições catarinenses, quando a os veículos da RBS passaram boa parte da campanha dizendo que não haveria segundo turno para a eleição de governador, e houve. Depois afirmavam que a diferença seria de 20%, e foi de 5%.

Ironicamente dessa vez o desfavorecido foi Esperidião Amim – Luiz Henrique da Silveira tinha as graças do grupo midiático.

Em Dezembro de 1993 o Zero publicou um dossiê sobre o jornalismo impresso. "Imprensa: verso e reverso", era a capa. Embora fosse uma edição mais geral, tratando da situação

mundial da prática, tendências para o século XXI, lei de imprensa, tudo o que está sendo discutido até hoje, ainda assim dedicou várias páginas para analisar os jornais de Santa Catarina. O Diário Catarinense, que foi o primeiro jornal brasileiro a possuir redações interligadas on-line e existia fazia sete anos, já tinha maior tiragem do estado.

Há pouco mais de um ano a RBS comprou o Jornal de Santa Catarina, de Blumenau, ampliando seu alcance midiático. Como O Estado já andava mal desde antes do início da década de noventa, nos últimos anos o A Notícia, de Joinville, que segundo a reportagem do Zero apoiou o regime nazista, sempre foi oligárquico e de direita e pagava mal, passou a ser o único diário a concorrer com o DC. Isso até setembro de 2006, quando 96,7% das ações de A Notícia Empresa Jornalística S.A. passaram a ser da RBS. Por Renan Dissenha



O monopólio da informação mundial atinge o ápice

Empresa australiana News Corporation adquire a Dow Jones e se torna o maior grupo de mídia do planeta

O impasse criado no dia 1º de maio foi concluído somente três meses depois com a compra do Wall Street Journal, jornal de maior credibilidade do setor financeiro mundial, por parte do conglomerado midiático News Corporation. A empresa, presidida por Keith Rupert Murdoch, concretizou a negociação através da exorbitante quantia de US\$ 5,6 bilhões, valor 65% maior do que a cotação das ações do veículo impresso nas bolsas de valores. A forma e a cifra envolvidas na negociação chamou a atenção da mídia internacional para a concentração de veículos de comunicação nas mãos da empresa australiana. Com a aquisição do grupo Dow Jones – responsável pelo Wall Street Journal –, Murdoch passou a ser dono de 789 empresas espalhadas em 52 países, em todos os continentes. Até mesmo em nações como Fiji e Cuba.

Entre seus negócios estão jornais, revistas, satélites e redes de televisão,

operadoras de TV por assinatura, além de tablóides sensacionalistas em Nova York e Londres. O site de relacionamentos MySpace e os estúdios de cinema 20th Century Fox também são fazem parte do conglomerado. Ao todo, estima-se que sua fortuna particular gire em torno de US\$ 7 bilhões.

A proposta aceita no acordo foi de US\$ 60 por ação unitária, valor 65% maior que a cotação do grupo na Bolsa (US\$ 36,33) antes de 1º de maio. Os Bancroft – família que presidia a Dow Jones desde 1920 – eram os maiores acionistas da empresa, com 64% dos votos. Após dissidências internas firmaram a venda alcançando os 37% de votos favoráveis necessários para a concretização da venda.

Para chegar a um consenso, além da oferta em dinheiro, um acordo sobre a futura linha editorial das publicações do grupo contribuiu para convencer os Bancroft a aceitarem o negócio. Foi criada uma comissão, composta por

cinco membros, que irá supervisionar a independência editorial dos veículos do grupo Dow Jones.

Herdada por Murdoch logo após a morte de seu pai, a News Corporation detinha na época apenas um jornal australiano mal sucedido. Com ambiciosa administração e sucessivas compras bem sucedidas, Murdoch logo se posicionou como um magnata da comunicação. Nos anos 50, depois de consolidar suas empresas na Austrália, o empresário iniciou as fusões ao redor do planeta.

Na Inglaterra, comprou entre outras empresas o jornal The Sun, um tablóide que se transformou num fenômeno comercial. No final da década de 70 expandiu seus negócios para os Estados Unidos, e ao encontrar dificuldades comerciais por ser estrangeiro, naturalizou-se americano. A cartada deu certo e seu emaranhado globalizado possui hoje forte presença nos EUA, embora suas empresas por lá apresen-

tem saldos negativos. Esse prejuízo é compensado pelos grandes lucros provenientes de seu grupo na Austrália, país de seus mais importantes financiadores.

A principal marca empresarial de Murdoch é a truculência com que age no mercado, utilizando-se da influência de seus jornais para fazer política, sendo acusado de derrubar presidentes em seu país, além de negociar biografias de personalidades em troca de acordos formais.

Embalado com a entrada no mercado de notícias financeiras, foi lançado no dia 15 de outubro mais um empreendimento do empresário no ramo, o novo canal de televisão a cabo sobre economia, Fox Business Network. A nova emissora possui alcance para mais de 30 milhões de residências e há o interesse de lançar versões do FBN em outros países, além de um investimento de US\$ 30 milhões ao longo dos próximos três anos.

O FBN em conjunto com o WSJ sinaliza a possibilidade do grupo de ser o principal gerenciador de informações de mercado do mundo. Por enquanto isso não será possível, uma vez que os repórteres do diário têm contrato até 2012 com a emissora CNBC para fornecimento de conteúdo.

Embora esses veículos já estejam funcionando com novo dono, a operação ainda precisa ser aprovada pelo organismo americano que regula as leis de concorrência.

Entre outros órgãos, o Iape – sindicato que reúne a maior parte dos repórteres do Dow Jones e alguns jornalistas do Wall Street Journal – foi radicalmente contrário ao acordo, por temer o uso do jornal para defender interesses comerciais de Murdoch.

O argumento de quem contesta a fusão das empresas nos EUA é de que ela contraria as leis de concorrência, caracterizando um monopólio.

Por Diego Ribas

Integração latino-americana

Fórum de São Paulo retoma intercâmbio de conhecimento entre países do continente após quase 20 anos

“Eu sou apenas um rapaz / Latino-Americano / Sem dinheiro no banco / Sem parentes importantes / E vindo do interior...”. Apenas *Um Rapaz Latino-Americano*, composição do cantor brasileiro Belchior, foi a música que abriu a última mesa do 1º Fórum Latino-Americano de Fotografia de São Paulo – Paralelos e Meridianos da Latinidade, escolhida pelo curador do Fórum, o fotógrafo e produtor cultural Iatã Cannabrava. Já em clima de nostalgia e do tradicional “valeu a pena”, participantes, integrantes da mesa e plateia se preparavam para o fim de uma semana intensa e exaustiva, embora recompensadora, de atividades na avenida mais importante da América do Sul.

Localizada no número 149 da Avenida Paulista, o prédio do Itaú Cultural recebeu entre 2 e 6 de outubro fotógrafos, estudantes, interessados e especialistas do Brasil e do mundo para discutir a atual conjuntura da fotografia e de que forma ela pode agir como meio de interação e integração entre os países latinos. Na programação, mesas, palestras, entrevistas, relatos de experiência, workshops, leitura de portfólios, além de uma exposição fotográfica – *Sutil Violento* –, da venda de livros e do intercâmbio de conhecimento nos intervalos e *coffee breaks*.

Como o próprio nome sugere (*Paralelos e meridianos da latinidade*), a integração entre os países latino-americanos e a aproximação que a fotografia pode proporcionar entre os povos estavam no centro das discussões. A exposição *Sutil Violento*, que permaneceu durante um mês no 1º andar do prédio, reuniu 50 obras de 16 fotógrafos renomados de 11 países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. Nas palavras do curador do evento, “uma mostra que busca construir um retrato da ‘latinidade’ em suas contradições: violência, luxo, exclusão, criatividade”.

A desconstrução das fronteiras físicas que conhecemos através da união de aspectos em comum entre os povos.

36 fotógrafos brasileiros e mais 36 estrangeiros participaram como convidados, incluindo nomes mundialmente renomados como o brasileiro Miguel Rio Branco, o britânico Martin Parr, a norte-americana Susan Meiselas – integrantes da agência Magnum –, o mexicano Pedro Meyer, o argentino Marcos López e o também brasileiro Boris Kossoy – maior

historiador sobre fotografia no país. Apesar de não fazer parte do circuito latino-americano de fotografia, Martin Parr cativou os presentes durante sua entrevista com seu trabalho baseado em um retrato crítico das sociedades e dos seres humanos através do senso de humor irônico e irreverência sutil característicos dos ingleses.

As quatro mesas principais do Fórum – Fronteiras da Fotografia Documental; Paradigmas: Mercado da Arte, Mercado de Fotografia; Fotografia, uma Arte Contemporânea!; e Circuitos na Fotografia Latino-Americana – nortearam as discussões dos cinco dias de evento. A participação não ficou restrita apenas aos especialistas do continente (Brasil, Argentina, Colômbia, México e Venezuela). Fotógrafos da Espanha também marcaram presença na composição das mesas de discussão, que giraram em torno da atual situação da fotografia documental, do mercado artístico e fotográfico no mundo e a conjuntura latino-americana.

Além das mesas, o 1º Fórum Latino-Americano contou com o Seminário de Políticas Públicas para a Fotografia, dividido em duas partes: a responsabilidade compartilhada na preservação da produção contemporânea e as ações para fomento na produção fotográfica através de editais, prêmios, espaços e incentivos. O seminário contou com a presença de representantes da Funarte (Fundação Nacional de Artes) – que, inclusive, prometeram durante o evento a abertura de um edital para captação de recursos para projetos na área fotográfica –, do Centro de Imagem do México, do Centro Municipal de Fotografia de Montevideu



Entre 2 e 6 de outubro, o número 149 da principal avenida da América do Sul – sede do Itaú Cultural – abrigou o 1º Fórum Latino-Americano de Fotografia

e da Cinemateca Brasileira, entre outros especialistas, para a troca de informações e experiências.

A grande constatação e unanimidade na área da preservação de acervos foi a fragilidade da tecnologia digital frente a outras tecnologias mais antigas e a dificuldade de adaptação às inovações – sem que a linguagem da fotografia seja afetada – devido ao rápido avanço tecnológico pelo qual a fotografia vem passando na última década, da captura



O britânico Martin Parr deu show de simpatia e bom humor ao falar da ironia contida em seus retratos sobre o cotidiano

ao armazenamento. Em poucos anos as novas tecnologias se tornam obsoletas e são rapidamente substituídas sem que a necessária adaptação seja feita. Este é um dos temas mais estudados na atualidade em todo o mundo por ter se tornado um problema global.

Um exemplo claro da dificuldade de preservação e armazenamento do acervo fotográfico pode ser encontrado na própria UFSC, no curso de Jornalismo. Até o ano de 2001, ano em que a tecnologia digital começou a ser implantada no Laboratório de Fotografia, o acervo ainda pode ser encontrado na Hemeroteca. A partir do início da transição analógica-digital não há mais qualquer acervo ou registro de organização e um completo vazio na memória fotográfica da Instituição nos últimos seis anos tornou-se irreversível.

Uma das saídas para o problema é o que especialistas chamam de “acervo vivo”, utilização e divulgação do material para a comunidade através de exposições, consultas públicas e livre interação dos documentos com a população. Isso porque, na visão dos integrantes da mesa, a principal dificuldade é mudar a mentalidade da conservação, pois arquivo não utilizado e divulgado pode ser considerado “arquivo morto”. O exemplo máximo citado é do Centro Municipal de Fotografia de Montevideu, que disponibiliza todo

o seu acervo para consulta e retirada por parte da população, além de promover diversas atividades que visam a disseminação da cultura fotográfica na comunidade.

A programação ainda contou com três dias de workshops, dois de leitura de portfólios por um grupo de profissionais e ainda entrevistas com fotógrafos mundialmente renomados – casos de Marcos López, Susan Meiselas, Martin Parr e Miguel Rio Branco –, relatos de experiência de fotógrafos e uma sessão especial de venda, lançamentos e autógrafos de livros fotográficos no último dia do Fórum.

“O evento já nasceu grande, já maior de idade”, não cansava de repetir Iatã durante toda a programação. A ideia de realizar um Fórum Latino-Americano de Fotografia era antiga. Era um sonho perseguido desde o último colóquio, realizado há quase 20 anos, na Cidade do México. O brasileiro Boris Kossoy e o mexicano Pablo Ortiz Monasterio, integrantes da última mesa – aquela da música do Belchior –, além do fotógrafo Pedro Meyer, que também participou do Fórum, organizaram o longínquo colóquio de 1988. Os membros da mesa foram unânimes em afirmar que a experiência de 88 tinha sido retomada e expandida. Eles tinham razão, tanto que a direção do Itaú Cultural decretou: a intenção de fazer 2º Fórum Latino-



Para Iatã, a fotografia é um ótimo meio de se pôr em pauta a crescente integração latino-americana



A norte-americana Susan Meiselas concede entrevista a um dos membros da *Ensaio* durante evento

Americano de São Paulo daqui a três anos já não é mais apenas intenção. Ao invés de três, dois anos de espera. Talvez por isso o clima de “valeu a pena” ao final do evento. Havia entre todos – experientes e aventureiros de primeira viagem – a certeza de que aquele final era a-penas o re-começo.

Além do autor da reportagem, participaram do Fórum cinco alunos da UFSC, membros da agência experimental *Ensaio Fotojornalismo* – projeto de extensão idealizado em 2006 com o intuito de difundir o gosto pela fotografia entre os discentes.

Por Lucas Sampaio

Pedreira lotada como em 86

Mais uma edição do Tim Festival motiva 27 mil pessoas a assistirem a etapa curitibana do evento



The Killers na época do sucesso de *Somebody told me*, quando Brendan Flowers ainda não tinha o característico bigode mas já possuía um ego muito grande até para um astro pop

Para mim foi muito mais uma questão de sobrevivência. Para fãs, deve ter sido o melhor show da noite. A islandesa Björk foi a segunda a se apresentar em Curitiba no dia 31 de Outubro, no "evento do ano" Tim Festival. A produção da cantora mostrou-se bem mais afiada que a do Tim: enquanto sua performance impressionava a massa, um número considerável de pessoas ainda aguardava na fila para entrar na pedreira Paulo Leminski, local dos shows. Erro da organização, que abriu os portões apenas uma hora antes da primeira banda, Hot Chip, começar a tocar. Estava do lado de fora e não vi, mas ouvi comentários etílicos de que "definitivamente era eletrônico". Sobre a Björk é que não há muito que falar a não ser: go back to Islândia. Para quem não era fã (e não viu Hot Chip?), deve ter sido o pior da noite. Fiquei por lá comendo club sociais inacabáveis que estavam sendo distribuídos para o público do festival. Dava até para escolher o sabor.

Os ingleses do Arctic Monkeys subiram ao palco depois de um intervalo infinito em que a estrutura da popstar islandesa foi desmontada com som ambiente de suas próprias canções. Cada vez mais pessoas entrando, ainda remanescentes da fila. "A pedreira não lotava assim desde Ramones em 86", exagerou alguém, sem nem saber se esse era o ano certo da apresentação a que se referia. Com um set coeso, de "clássicos" dos dois álbuns, os Monkeys animam, mas não tanto. Falta movimento no palco. Há quem diga que o baixista tocava com playback. Sabe, eles nunca tinham parecido tão ingleses no youtube quanto agora em um palco curitibano. O vocalista Alex Turner parava o show para falar com os outros membros da banda e ensaiar algumas palavras com a platéia. Esse inglesinho veio lá da Inglaterra até aqui para afinar

guitarra? Nos melhores momentos eles parecem uma mistura de todo o rock anterior: punk, pós-punk, Led Zepelin, Beatles, Strokes – algo extremamente contemporâneo, embora não novo. O baterista é o que mais impressiona, musicalmente falando. Um dia antes vi esse moleque em uma balada, pouco mais velho que eu e agora a gente aqui, chamando ele de gênio. *The view from the afternoon* é o ápice dele. Talvez um dos ápices da apresentação, junto com a explosão de *Dancing shoes*, as pops *I bet you look good on the dancefloor* e *Fluorescent adolescent*, e *From the Ritz to the Rubble*. Em *Fake tales from San Francisco*, aquela da linha de baixo à la Champignon, os gritos foram de Charlie Brown! Charlie Brown! Já conhecíamos essa de tempos. Nessas horas é foda ser brasileiro e só poder ter visto esse show hoje com outras 27 mil pessoas. Em pequenos pubs ingleses o som do Arctic Monkeys deve ser potencializado de uma maneira absurda.

O que nunca aconteceria com o Killers. Grandioso e opaco, bonito e brega, o show dos americanos foi feito para palcos grandes. Brendan Flowers consegue agarrar a platéia e segurá-la firme, mas às vezes exagera. Deve ter assistido Mick Jagger e Freddie Mercury demais. Também, em uma banda em que o baixista parece um Carpenter que não interage com o show e o baterista toca com uma roupa de Harry Potter e o guitarrista parece tanto o Keith Richards que não tem vergonha de imitá-lo descaradamente, todas as atenções restam para Flowers e o seu ego – que é imenso. Faltava espaço para o vocalista do Killers. O palco precisava ser no mínimo três vezes maior para agüentar um rock tão de arena e um vocalista tão confiante de si mesmo, que enchia a pedreira toda e chegava a incomodar um pouco. O repertório do Killers, no palco, parece

um costurado de hits: todas as músicas tem um grande potencial pop, até culminar em *Somebody told me*, que parece feita apenas de refrões. Toda aquela massa pulando e gritando as letras infantis do vocalista e compositor e quem se importava com isso? Eles também parecem uma bandinha de formatura qualquer – que é onde devem tocar em Las Vegas, cidade natal da banda. Antes de arremessar flores, Flowers até ensaiou um coro com a platéia. Depois de gastar aparentemente toda a munição (*Somebody...*, *When we were young*, *Read my mind*, *Mr. Brightside*) a banda deixou o palco, mas como era óbvio para alguém com tanto amor ao próprio umbigo, retornaram para tocar mais. Mais um hit, só se for. Uma hora eles acabam.

Fim do espetáculo, a multidão que se contorcia no rock'n'roll agora anda calmamente para os portões de saída. Alguns vão pegar ônibus para voltar direto para sua cidade, em outro estado talvez, outros, de Curitiba mesmo, esperar um ônibus para casa. Ou brigar por um táxi. A concorrência é difícil, braços se levantam ao menor sinal da cor laranja, mas não, não estamos em Nova Iorque. Em Curitiba é preciso chamar um táxi pelo telefone, mas os números estão todos ocupados. Ironicamente, conseguimos o caro à moda nova-iorquina. Fomos para o pós-tim no (demasiado) pop James Bar. Lúcio Ribeiro, que escrevia uma coluna de cultura pop na Folha On-line e hoje tem um blog pela IG, estava lá cuidando da música. Tiozinho, barriga de cerveja, camisa pólo e aliança no dedo, olhando meio que distraidamente para os CDJ. No som um eletro pesado, o bar indie parecendo uma rave insana. Devia ser o melhor lugar para acabar a noite depois do Tim. Não existe hype às cinco da manhã; só existem bêbados às cinco da manhã.

Por Renan Dissenha



Alex Turner, vocalista e guitarrista dos Arctic Monkeys, parece mais inglês ao vivo

Carreira solo para o frontman

Nem bem o Arctic Monkeys cai no Brasil pela primeira vez e sai essa: Alex Turner lança álbum solo em 2008. O trabalho está sendo produzido por James Ford, da inglesa Simian Mobile Disco – que também produziu *Favourite worst nightmare*, segundo álbum dos monkeys – e por Miles Kane, do Little Flames, também da Inglaterra. Além deles, Final Fantasy, também conhecido como Owen Pallett, ou ainda mais conhecido como o violinista que acompanhou o Arcade Fire em suas turnês e escreveu os arranjos de cordas e orquestra dos dois álbuns da banda canadense também está compondo para o disco do Alex Turner. As músicas já foram gravadas, em Paris, e segundo Ford foi bem divertido e eles jogaram ping-pong, comeram queijo e beberam vinho tinto e agora só falta ajeitar tudo com as cordas.



Produção garante um ótimo show para fãs da cantora islandesa Björk